Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA, 31/07, 1 E 2 DE AGOSTO DE 2021 | Nº 24.963 | Preço banca: R$ 3,50

Orçamento pode acomodar aumento do Bolsa Família, diz ministro

Taxa de desemprego fica em 14,6% no trimestre encerrado em maio

Página 3

SP ultrapassa União Europeia e EUA em proporção de vacinados contra a COVID-19

Página 2

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que é possível acomodar no Orçamento um valor mais elevado para o Bolsa Família. Segundo ele, até o momento, o programa está perfeitamente enquadrado dentro dos planos do ministério, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do limite do teto. A intenção é que o valor do benefício chegue a R$ 300. Guedes ponderou, no entanto, que, para aumentar o valor, é preciso controlar gastos inesperados que costumam ocorrer em decisões dos Três Poderes da República.

"Até agora, a nossa ideia do Orçamento era essa e imprevistos sempre acontecem e terão que ser atacados diretamente. Estamos analisando e, pelas primeiras informações que estão chegando, é possível que a gente tenha que rever alguma coisa", disse após participar na sede do Ministério da Economia, no Rio, do lançamento do projeto de remição de foro digital, com a apresentação do aplicativo SPUApp.

De acordo com o ministro, o que acontece normalmente é que os Poderes são independentes e todos têm capacidade de afetar os orçamentos, com decisões que não estavam previstas. Por isso, conforme explicou, a equipe econômica calcula previsões para eventuais gastos que estão fora da sua órbita de controle. Página 3

Butantan entrega 1,2 milhão de doses da CoronaVac ao governo federal

O Instituto Butantan entregou na sexta-feira, (30) mais 1,2 milhão de doses da vacina CoronaVac ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Com esta nova remessa, o instituto totaliza 62,849 milhões de doses fornecidas ao Ministério da Saúde desde 17 de janeiro deste ano, quando o uso emergencial do imunizante contra a covid-19 foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Segundo dados do governo estadual de São Paulo, desde o dia 14 de julho até hoje, foram entregues 9,7 milhões de doses da vacina, que são referentes à produção de um lote de doses processadas pelo instituto a partir dos 6 mil litros de ingrediente farmacêutico ativo (IFA), recebidos no dia 26 de junho.

Na madrugada do último dia 13, o Butantan recebeu mais 12 mil litros de IFA para produzir e entregar outras 20 milhões de doses. As vacinas liberadas fazem parte do segundo contrato firmado com o Ministério da Saúde, de 54 milhões de vacinas. O primeiro, de 46 milhões, foi concluído em 12 de maio. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

18º C / 7º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.

19º C / 9º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol com algumas nuvens. Não chove.

20º C / 10º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,19
Venda: 5,19

Turismo
Compra: 5,13
Venda: 5,35

EURO
Compra: 6,15
Venda: 6,16

Cabo Verde quer ampliar relacionamento econômico com o Brasil

Foto: Marcelo Camargo /ABr

O presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca, disse na sexta-feira, (30) que o país africano quer ampliar as relações com o Brasil e alcançar uma cooperação econômica e empresarial "mais visível" entre os dois países. Fonseca está em visita ao Brasil e se reuniu na na sexta-feira, no Palácio do Planalto, com o presidente Jair Bolsonaro.

Em declaração à imprensa, ele explicou que Cabo Verde faz parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. "Constitui um mercado muito importante e, portanto, os empresários brasileiros podem não só ascender ao pequeno mercado de Cabo Verde, mas ao enorme mercado que Cabo Verde faz parte, onde há países como Nigéria, Senegal e Costa do Marfim. Página 6

MPF: preocupação é com prevenção de novos prejuízos na Cinemateca

O Ministério Público Federal (MPF), que acompanha as consequências do incêndio ocorrido na noite de quinta-feira, (29) em um dos depósitos da Cinemateca Brasileira, informou que os prejuízos ainda estão sendo constatados e que a prioridade, no momento, é prevenir uma nova tragédia. O fogo atingiu o galpão da instituição localizado na Vila Leopoldina, na zona oeste de São Paulo.

"No atual momento devem ser priorizados o salvamento do material restante e a prevenção de nova tragédia. Só depois de finalmente implantada uma nova entidade gestora para a Cinemateca se deverá pensar na apuração de responsabilidades individuais, embora a Polícia Federal já esteja, cautelarmente, cuidando da perícia criminal no local, para ser investigada a causa do incêndio", divulgou o órgão na sexta-feira, (30). Página 6

Dólar ultrapassa R$ 5,20 e fecha julho com maior alta desde janeiro

Página 3

Pró-Sangue convoca população para a doação de sangue durante o inverno

Página 2

Esporte

Mineiro Victor Corrêa defenderá seus títulos de Campeão Brasileiro de Rally de Velocidade

O Campeonato Brasileiro de Rally de Velocidade tem início neste final de semana - entre os dias 31 de julho e 1º de agosto -, com a participação de cerca de 30 duplas de vários Estados. O Rally Araucária abrirá a temporada nacional, composta por seis etapas, passando por várias estradas de terra compactada, com 12 Especiais rápidas e técnicas na região de Curitiba, Paraná. Bicampeão brasileiro na categoria Rally 5, Victor Corrêa (Unifenas) será o único mineiro inscrito, e defenderá o título ao lado do navegador catarinense Maicol Souza, que tentará seu quinto título nacional.

"Estamos numa expectativa boa para o retorno das provas, depois de cerca de 8 meses parados. Estamos felizes com o início do campeonato. A primeira prova é sempre uma incógnita, será a primeira demonstração de força das equipes, a gente não sabe muito bem quem vai se estabelecer nas primeiras posições. Estamos trabalhando forte pra continuarmos andando na frente e levar bons resultados para casa", comentou Victor Corrêa, que depois de 18 anos correndo em provas no asfalto em kartódromos e autódromos nacionais e internacionais, vai fazer a sua quarta temporada completa em rali.

A programação oficial do Rally Araucária começa na sexta-feira (30/7), com as duplas fazendo o reconhecimento das Especiais. A abertura do Campeonato Brasileiro, em rodada dupla, tem as disputas no sábado (31/7) e no domingo (1º/8). Este rally terá uma distância total de 256,85 Km, dos quais 137,55 Km serão de Provas Especiais.

Foto: Edson Castro

Victor *Corrêa e Maicol Souza em ação*

O mineiro Victor Corrêa e o catarinense Maicol Souza vão disputar o Brasileiro de Rali de Velocidade na categoria R5, para carros 1.6 de produção, a bordo do mesmo Peugeot 207 da equipe paranaense RTOne Rally, que levou a dupla ao título de campeões brasileiros em 2018 e no ano passado.

"Como campeões de 2020, eu e o Maicol estamos com boas expectativas de lutar pelas primeiras posições, mas conscientes de que o campeonato da R5 será ainda mais disputado, com elevado grid e duplas muito fortes no grid. Vamos manter o foco e buscar resultados sólidos", confia o piloto de Alfenas, sul de Minas Gerais.

O Campeonato Brasileiro de Rali de Velocidade será composto de seis rodadas duplas, começando em Araucária (PR), seguindo para Estação (RS) e depois para Rio Negrinho (SC), em setembro. Em outubro é a vez de Pomerode (SC), Piraquara (PR) em novembro, finalizando em dezembro, em Erechim (RS).

Luisa Stefani e Laura Pigossi buscam medalha de bronze na madrugada do sábado

A paulistana Luisa Stefani, 23ª do mundo, e sua parceira Laura Pigossi, vão lutar pela medalha de bronze na madrugada deste sábado (31) nos Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão. As duas enfrentam a dupla russa formada por Elena Vesnina e Veronika Kudermetova, vice-campeãs de Wimbledon, às 3h (horário de Brasília), no primeiro jogo da quadra 1 do Ariake Stadium.

A campanha de Luisa e Laura é a maior do tênis feminino do Brasil em uma Olimpíada e elas vão tentar uma medalha inédita para o País. Em 1996, Fernando Meligeni foi quarto lugar em simples nos Jogos de Atlanta, nos EUA.

"Foco total no bronze. A dupla russa é forte, mas temos toda condição de ir em busca do nosso objetivo. Sentindo a energia positiva e força da torcida. Agora é #BRONZEMOS", afirma Luisa, que tem o patrocínio do Banco BRB e os apoios da Fila, CBT, HEAD, Saddlebrook Academy, Tennis Warehouse e Liga Tênis 10.

Luisa tem 23 anos e vem fazendo história no tênis feminino nacional. Além deste resultado olímpico, ela é a melhor ranqueada do Brasil, com o 23º lugar, desde que o sistema da WTA foi criado em 1975, somando dois títulos e mais seis finais.

autojornal
o dia a dia motorizado

Pró-Sangue convoca população para a doação de sangue durante o inverno

A Fundação Pró-Sangue, vinculada à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, convoca toda população para a doação de sangue, mesmo com a frente fria que chegou no estado de São Paulo na quarta-feira (28).

O estoque de sangue da fundação esta em nível crítico. Os sangues do tipo O+, O-, B+, B-, A+ e A- estão em estado de emergência, garantindo o abastecimento para menos de um dia.

É importante ressaltar que todas as doações ajudam a salvar vidas, muitos pacientes dependem do sangue para ter uma rotina saudável e dependem do ato voluntário da doação de sangue. O reabastecimento é necessário para atendimento a mais de 100 instituições de saúde da rede pública da Região Metropolitana do Estado.

A doação ocorre com total segurança. Os candidatos devem agendar sua doação de forma online, pelo site www.prosangue.sp.gov.br. Na data agendada, é importante comparecer vestindo máscara. A doação de sangue continua sendo segura e medidas cautelares estão sendo adotadas nos postos de coleta, de modo a preservar os candidatos e os colaboradores.

HC apresenta queda em 80% de colaboradores infectados após a segunda dose da vacina

A Diretora Clínica do HC, Profa. Dra. Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá, informou na quinta-feira, (29) durante coletiva de imprensa do Governo de SP que a vacinação com a CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, fez os casos de COVID-19 entre os 22 mil funcionários da Instituição caírem quase 80% após a segunda dose e gerou resposta imune em um grupo de 1.000 pacientes imunossuprimidos.

"Depois da vacinação, tivemos uma redução de 50% nos casos após a primeira dose e quase 80% de redução após a segunda dose. E isso ocorreu justamente quando São Paulo estava tendo um aumento expressivo de casos na cidade. Em termos de internação, tivemos 94 internações de colaboradores na primeira onda e apenas 14 na segunda onda", explicou a professora.

"Não importa o motivo para se vacinar: proteger você, proteger sua família, poder abrir com tranquilidade seu negócio, poder viajar ou abraçar. Descubra um motivo e não deixe de se vacinar", reforçou Profa. Dra. Eloisa Bonfá. "Nós testemunhamos a corrida da vacina, uma corrida pela vida, e nós apoiamos essa corrida", concluiu.

SP ultrapassa União Europeia e EUA em proporção de vacinados contra a COVID-19

São Paulo ultrapassou a União Europeia e os Estados Unidos da América em proporção de pessoas vacinadas contra a COVID-19. Com 59,03% da população estadual protegida com ao menos uma dose da vacina, São Paulo está à frente da União Europeia, que conta com 58,8%, e EUA, com 56,8% de habitantes vacinados. Os dados são do Vacinômetro (www.saopaulo.sp.gov.br) e do Our World in Data (https://ourworldindata.org/covid-vaccinations).

Até as 11h58 da sexta-feira (30), o Vacinômetro indicava 26.240.847 pessoas protegidas com a primeira dose nos 645 municípios paulistas. Os números revelam que a adesão da população à campanha em São Paulo é significativa, pois no momento a imunização geral está liberada para adultos a partir dos 28 anos, enquanto que nos EUA e na Europa a vacinação já atende à população adulta mais jovem e também adolescentes.

Além das pessoas já protegidas com a primeira dose, São Paulo tem 22,07% da população com esquema vacinal completo. No final da manhã de sexta, a campanha estadual registrava 9.129.282 vacinados com duas doses dos imunizantes do Butantan, Fiocruz ou Pfizer e 1.085.782 que receberam a dose única da Janssen.

O ritmo acelerado da vacinação em São Paulo é uma das metas do Governo do Estado para ajudar o Brasil a controlar a pandemia do coronavírus. O calendário de vacinação já passou por três antecipações e estima que toda a população acima de 18 anos esteja vacinada com ao menos uma dose até o dia 16 de agosto.

A partir de agosto, São Paulo também passará a oferecer vacinas para a população adolescente. Entre os dias 18 e 29, jovens de 12 a 17 anos com comorbidades ou deficiências, além de gestantes e puérperas, vão receber vacinas. De 30 de agosto a 5 de setembro, o PEI (Plano Estadual de Imunização) inclui os jovens com idade entre 15 e 17 anos. Depois, de 6 a 12 de dezembro, será a vez de adolescentes de 12 a 14 anos.

O calendário do PEI é estabelecido mediante cronograma de entrega de vacinas do Ministério da Saúde, mas o Governo de São Paulo já fez aquisições próprias de vacinas para cumprimento das datas nos 645 municípios paulistas. Em julho, o Estado reforçou a vacinação local com 4 milhões de doses extras adquiridas diretamente pela Secretaria da Saúde, sem depender de liberações do Governo Federal.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Como vereadores e vereadoras retomarão os trabalhos na volta à vida quase normal anunciada pelo governador Doria e pelo prefeito Ricardo Nunes ?

.

PREFEITURA (São Paulo)
Na coluna de 30 (setembro) 2021, aonde se lê 48º dia (do Ricardo Nunes), leia-se 75º. O prefeito completa hoje 76 dias, agora desratizando Praça Sé

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Demorou, mas a deputada mais votada da história (mais de 2 milhões de votos em 2018) Janaína dizer que deixará o PSL. Vai - pra mandar - pro PRTB ?

.

GOVERNO (São Paulo)
Doria comemora a volta à vida quase normal - a partir de agosto no Estado de São Paulo - e seguirá lutando pra faturar a prévia Presidencial do PSDB

.

CONGRESSO (Brasil)
Senadores e deputados federais não levarão em conta o 1º (agosto) 2021 pelas ruas em pelos votos com impressora e o recibo (papel) em urna lacrada

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Bolsonaro não pôde estar neste 1º (agosto) 2021 nas ruas pelo voto eletrônico com impressora e possibilidade de auditoria (em papel na urna lacrada)

.

PARTIDOS (Brasil)
Desde que o presidente - eleito e não mais como ditador - Getúlio Vargas suicidou-se em 1954, agosto na política ganhou o apelido de Mês do Desgosto

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Sobre urnas eletrônicas comandadas pelo TSE, a Polícia Federal foi convocada e disse em relatório - durante as eleições 2016 : não é possível auditar ...

.

(Brasil)
... o processo entre o voto do eleitor e o que vai pras urnas eletrônicas dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados. Em suma : os voto são inauditáveis

.

MÍDIAS
A coluna de política do jornalista - Cesar Neto - vem sendo publicada na imprensa brasileira (São Paulo) desde 1993. Via Internet desde 1996 - cesarneto.com - tornou-se referência da liberdade possível. Twitter @cesarnetoreal ... Email cesar@cesarneto.com

cesar@cesarneto.com

Governo de SP entrega 3 mil cestas básicas e 2 mil cartões alimentação em Heliópolis

O Governador João Doria realizou na manhã de sexta-feira (30) a entrega de 3 mil cestas básicas e 2 mil cartões alimentação em Heliópolis, na zonal sul da capital. A entrega ocorreu na sede da Central Única das Favelas (CUFA) e faz parte de uma série de ações criadas pelo Governo de SP para garantir a proteção social e a segurança alimentar das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia do coronavírus.

"São cinco mil famílias sendo atendidas e se considerarmos pelo menos cinco pessoas por família, são 25 mil pessoas que passam a receber o Alimento Solidário", disse Doria.

As doações serão distribuídas a um total de 11 entidades: Central Única das Favelas (CUFA), Mover Helipa, Instituto Baccarelli, UNAS Heliópolis, Instituto Social Minha Heliópolis, Associação Esporte e Lazer, Paquistão Social, Ação Comunitária Nova Heliópolis, Sociedade de Escola de Samba Imperador do Ipiranga, Associação Cultural e Esportiva Favela Heliópolis, Movimento das Associações Independentes Organizadas.

Participaram da ação a Presidente do Conselho do Fundo Social, Bia Doria, o Presidente do Fundo Social, Fernando Chucre, a Secretária de Desenvolvimento Social, Célia Parnes, e representantes da diretoria da Associação Paulista de Supermercados (APAS).

Durante o evento, o Governador também informou que serão encaminhados 2 mil pares de meia e 500 cobertores para a CUFA. O material será distribuído entre as famílias carentes da comunidade, como parte das ações da campanha Inverno Solidário. A previsão é de que o Fundo Social São Paulo faça a entrega na próxima semana.

As 3 mil cestas básicas a serem distribuídas em Heliópolis fazem parte do Programa Alimento Solidário, que já distribuiu mais de 4,3 milhões de cestas em todo estado. O programa é desenvolvido pelo Fundo Social São Paulo juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com objetivo de levar alimento para as pessoas mais carentes.

Os 2 mil cartões alimentação entregues em Heliópolis foram doados pela APAS e distribuídos pelo Fundo Social São Paulo. No total, a APAS realizou a doação de 50 mil cartões para a compra de alimentos em supermercados de todo o Estado, somando R$ 1 milhão de reais em recursos. O anúncio da parceria foi feita pelo Governador João Doria no dia 5 de maio.

Desde o início da pandemia, o Governo de SP criou uma ampla rede de apoio para proteção social de cerca de 2 milhões de pessoas em vulnerabilidade. Entre os principais programas estão o Bolsa do Povo, SP Acolhe, Vale Gás, Dignidade Íntima e o Bolsa do Povo Educação. Além disso, a rede Bom Prato aumentou a oferta de refeições durante a pandemia e passou a conceder gratuidade nas refeições para pessoas em situação de rua.

SP tem mais uma madrugada gelada

A capital paulista amanheceu na sexta-feira, (30) com a temperatura mínima de 4,3°C, de acordo com as medições do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) no Mirante de Santana, zona Norte da cidade. Ontem foi registrada temperatura na casa dos 5,3%. A menor temperatura recente foi em 13 de junho de 2016, quando se registrou 3,5°C.

"Considerando os registros recentes de 2000 até 2021, foi a 2ª menor temperatura registrada em 21 anos, só perdendo dos 3,5°C de em 2016 e depois sendo superada pelo ano de 2000, que teve registros de mínimas entre 4,5°c e 4,1°C", diz o Inmet em seu boletim meteorológico.

Segundo o boletim, na estação do Sesc-Interlagos, zona Sul, a estação automática do Inmet registrou 3,6°C, recorde da estação, que foi aberta em março de 2018. O recorde anterior era o de ontem, com 4,1°C. Em Barueri, no oeste da região metropolitana de São Paulo, a temperatura chegou a 1,5°C.

De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da prefeitura de São Paulo, a sexta-feira deve ter predomínio de sol, que pode ajudar a diminuir a sensação de frio, entretanto as temperaturas não devem passar dos 15°C. Os índices de umidade entram em declínio e devem atingir valores próximos aos 40% no período da tarde e não há expectativa de chuva.

Apesar da massa de ar polar começar a enfraquecer no decorrer dos dias, as madrugadas ainda serão geladas na cidade. O sábado (31) deve apresentar mais uma madrugada gelada, com formação de geadas e termômetros oscilando em torno dos 6°C. No decorrer do dia o sol favorece a gradativa elevação das temperaturas, com máximas que podem chegar aos 17°C.

No domingo (1ª) persistem as condições de temperaturas baixas durante a madrugada e em gradativa elevação no decorrer do dia. Os termômetros variam entre mínimas de 8°C e máximas que podem chegar aos 19ºC. O sol aparece entre nuvens. (Agência Brasil)

SP bate recorde em aplicação de 2ª dose de vacinas contra COVID-19

O estado de São Paulo vacinou na quinta-feira (29) 304.674 pessoas com a segunda dose de vacinas contra COVID-19. Com este número recorde de aplicações, o estado superou a marca de mais de 10 milhões de pessoas com esquema vacinal completo contra a Covid-19.

Os 645 municípios estão nesta semana aplicando a segunda dose em quem tem entre 60 e 62 anos e recebeu o imunizante da Fiocruz/Astrazeneca. A partir da próxima semana devem receber a segunda dose as pessoas entre 55 e 59 anos de idade com comorbidades.

"É fundamental que todos confiram a sua carteira de vacinação e vejam qual a data para o recebimento da segunda dose da vacina e compareça ao posto de vacinação mais próximo da sua residência. Apenas com duas doses, para quem tomou os imunizantes do Butantan, Fiocruz/Astrazeneca e Pfizer, as pessoas terão o esquema vacinal completo e estarão mais protegidas", destaca a coordenadora do Plano Estadual de Imunização (PEI), Regiane de Paula.

O balanço do Vacinômetro até as 10h10 de hoje (30) aponta 36.357.085 aplicações de doses no estado, sendo 26.182.744 em primeira dose, 9.089.784 de segunda e 1.084.547 de dose única. 21,98% da população já tem seu esquema vacinal completo. Os dados também indicam que 77,24% da população adulta residente no Estado já recebeu ao menos uma dose da vacina, e a missão do Governo do Estado é alcançar todo este público até o dia 16 de agosto, o Dia da Esperança.

São Paulo é o Estado que mais vacina no Brasil, em números absolutos, e segue avançando com o calendário com celeridade à medida que as remessas são entregues pelo Ministério da Saúde, contando com uma logística ágil e organizada para distribuição às 645 cidades.

A evolução diária da vacinação em São Paulo pode ser acompanhada no painel completo do Vacinômetro, no site https://vacinaja.sp.gov.br/vacinometro/.

Pré-cadastro virtual

Quem faz parte dos públicos-alvo da campanha pode realizar um pré-cadastro no site Vacina Já, que facilita o andamento da imunização tanto para o usuário quanto para os profissionais de saúde. O preenchimento do formulário não é obrigatório, mas leva de um a três minutos e economiza até 90% do tempo de atendimento nos postos de vacinação.

Também é possível fazer o cadastro por meio de um assistente virtual no Whatsapp, fruto de parceria entre as Secretarias de Comunicação e da Saúde. O chatbot oferece ainda informações confiáveis sobre o Plano Estadual de Imunização, incluindo o calendário de vacinação atualizado, dados sobre o Plano São Paulo e tira-dúvidas sobre o coronavírus.

Para acessar o serviço no WhatsApp, basta adicionar o número +55 11 95220-2923 à lista de contatos e enviar um "oi" ou clicar no link wa.me/551.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Taxa de desemprego fica em 14,6% no trimestre encerrado em maio

A taxa de desemprego no país ficou em 14,6% no trimestre encerrado em maio deste ano, segundo dados divulgados na sexta-feira, (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice é estável, em termos estatísticos, em relação ao trimestre imediatamente anterior (encerrado em fevereiro deste ano): 14,4%.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, houve uma alta, no entanto, na comparação com o trimestre findo em maio de 2020, quando a taxa era de 12,9%.

A população desocupada no trimestre encerrado em maio deste ano, chegou a 14,8 milhões, ou seja, manteve-se estável em relação ao trimestre anterior mas cresceu 16,4% na comparação com o trimestre encerrado em maio do ano passado (mais 2,1 milhões de desempregados).

A população ocupada (86,7 milhões de pessoas) cresceu 0,9% em comparação com o trimestre anterior (mais 809 mil pessoas empregadas) e ficou estável ante o trimestre encerrado em maio de 2020.

O nível da ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, chegou a 48,9%, ficando estável frente ao trimestre móvel anterior (48,6%) e caindo ante o trimestre finalizado em maio de 2020 (49,5%). (Agência Brasil)

ANP inclui 377 blocos exploratórios na Oferta Permanente

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) incluiu mais 377 blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Oferta Permanente, que passa a contar com 1.068 blocos. A inclusão foi oficializada na nova versão do edital da oferta, publicada na sexta-feira, (30).

Como o nome indica, os blocos da Oferta Permanente são os que estão à disposição do mercado para estudos de forma contínua, sem a limitação de tempo imposta pelas rodadas de licitação.

O edital com os 377 novos blocos foi debatido em audiência pública em 2 de junho para receber manifestações da sociedade e do mercado. O documento também passou por avaliação jurídica da Procuradoria Federal junto à ANP e aprovação da diretoria colegiada da agência reguladora.

Onde ficam

Os novos blocos incluídos na Oferta Permanente estão nas bacias do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Paraná, Parecis, Pelotas, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Santos e Tucano. O grupo abrange blocos em terra, água rasa, profunda e ultraprofunda.

Entre os 377 blocos que ficam à disposição para estudos de empresas petrolíferas 160 são marítimos na Bacia de Santos, tanto em águas rasas quanto em profundas e ultraprofundas. (Agência Brasil)

Orçamento pode acomodar aumento do Bolsa Família, diz ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que é possível acomodar no Orçamento um valor mais elevado para o Bolsa Família. Segundo ele, até o momento, o programa está perfeitamente enquadrado dentro dos planos do ministério, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do limite do teto. A intenção é que o valor do benefício chegue a R$ 300. Guedes ponderou, no entanto, que, para aumentar o valor, é preciso controlar gastos inesperados que costumam ocorrer em decisões dos Três Poderes da República.

"Até agora, a nossa ideia do Orçamento era essa e imprevistos sempre acontecem e terão que ser atacados diretamente. Estamos analisando e, pelas primeiras informações que estão chegando, é possível que a gente tenha que rever alguma coisa", disse após participar na sede do Ministério da Economia, no Rio, do lançamento do projeto de remição de foro digital, com a apresentação do aplicativo SPUApp.

De acordo com o ministro, o que acontece normalmente é que os Poderes são independentes e todos têm capacidade de afetar os orçamentos, com decisões que não estavam previstas. Por isso, conforme explicou, a equipe econômica calcula previsões para eventuais gastos que estão fora da sua órbita de controle. "Há sempre gastos que vêm seja em questões do Judiciário, seja do Legislativo, ou às vezes até exigências do próprio governo mesmo, que quer fazer o Bolsa Família um pouco maior. Há sempre um sinal amarelo, que passa rapidamente para o vermelho", disse.

Vacinação e reformas

O ministro voltou a falar que o Brasil precisa caminhar na direção da aplicação de mais vacinas contra a covid-19 e a aprovação de reformas no Congresso. Ele destacou que, em poucos meses foram aprovadas medidas de interesse do Executivo como a autonomia do Banco Central, as leis do saneamento, do gás natural e de falências, a privatização dos Correios e a desestatização da Eletrobras.

"As agendas andam rapidamente quando há apoio parlamentar. A agenda construtiva hoje do Brasil é vacinação em massa e reformas," disse o ministro.

Aplicativo

O ministro esteve no Rio de Janeiro para apresentar o projeto de remição de foro digital que permitirá aos proprietários de imóveis aforados – em que 17% da área em imóveis litorâneos é de propriedade da União – fiquem livres taxas patrimoniais. O percentual poderá ser comprado pelos proprietários, que passarão a ser donos completos dos imóveis, por meio do meio do aplicativo SPUApp, lançado nesta sexta-feira.

"Hoje o brasileiro tem 17% da casa que não lhe pertence, pertence ao Estado. É algo anacrônico. O país tem 8,5 milhões de quilômetros de costa. Isso era necessário para a defesa contra potências que pudessem invadir o país, então, todo terreno da costa era estatal, do governo, era terreno da Marinha. Estamos dando um passo decisivo. Estamos desestatizando a propriedade do brasileiro", afirmou Guedes.

Na primeira etapa, serão beneficiados proprietários de imóveis aforados localizados na Avenida Atlântica, na orla dos bairros de Copacabana e do Leme, na zona sul do Rio de Janeiro. Nessa primeira fase, estão incluídos 4.137 imóveis, com potencial de arrecadação de R$ 165 milhões. Até março de 2022, o projeto será estendido aos outros estados, em mais duas fases, abrangendo aproximadamente 300 mil imóveis.

Hoje, os proprietários têm de pagar a taxa de laudêmio, de 5% quando o imóvel é vendido, e 0,6% de foro anual à União. Quem escolher fazer a remição passa a ser dono do imóvel de forma integral, ficando livre dessas taxas.

Para fazer a compra do terreno, o cidadão terá de usar o aplicativo SPUApp, lançado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia e desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Além do ministro estavam presentes o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord de Faria, o secretário substituto da SPU, Bruno Schettini, e o diretor-presidente do Serpro, Gileno Gurjão Barreto. (Agência Brasil)

Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%, diz IBGE

A taxa de informalidade no mercado de trabalho do país subiu para 40% da população ocupada no trimestre finalizado em maio deste ano. O dado, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, foi divulgado na sexta-feira, (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o IBGE, entre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 34,7 milhões eram trabalhadores sem carteira assinada, pessoas que trabalham por conta própria sem CNPJ e aqueles que trabalham auxiliando a família.

A taxa de informalidade de maio é superior aos 39,6% do trimestre imediatamente anterior (encerrado em fevereiro deste ano) e aos 37,6% do trimestre findo em maio de 2020.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado foi de 29,8 milhões de pessoas, uma queda de 4,2% (menos 1,3 milhão de pessoas) frente ao mesmo período de 2020.

Já os empregados sem carteira assinada no setor privado somaram 9,8 milhões de pessoas, contingente 6,4% maior (mais 586 mil pessoas) ante a igual trimestre de 2020.

Os trabalhadores por conta própria chegaram a 24,4 milhões, 3% acima do frente ao trimestre anterior (mais 720 mil pessoas) e 8,7% superior (mais 2 milhões de pessoas) ao trimestre findo em maio de 2020.

A população subutilizada, isto é, os desempregados, aqueles que trabalham menos do que poderiam e as pessoas que poderiam trabalhar mas não procuram emprego, chegou a 32,9 milhões de pessoas, estável em relação a fevereiro deste ano mas 8,5% superior a maio de 2020 (mais 2,6 milhões de pessoas).

A taxa de subutilização ficou em 29,3% em maio deste ano, estável em relação a fevereiro deste ano e superior aos 27,5% de maio de 2020.

A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (7,36 milhões de pessoas) foi recorde da série histórica iniciada em 2012, com altas de 6,8% (mais 469 mil pessoas) ante fevereiro deste ano e de 27,2% (mais 1,6 milhão de pessoas) na comparação com maio de 2020. (Agência Brasil)

Dia dos Pais injetará R$ 6,03 bilhões na economia do país, estima CNC

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima para o Dia dos Pais deste ano volume de vendas de R$ 6,03 bilhões, maior faturamento desde 2018, com alta de 13,9% em comparação à mesma data no ano passado. Segundo o economista sênior da CNC, Fabio Bentes, o Dia dos Pais de 2020 foi o pior em 13 anos. O Dia dos Pais é a quarta data comemorativa mais importante para o comércio varejista brasileiro.

Na mesma época do ano passado, quando o varejo ainda experimentava o início do processo de flexibilização das medidas restritivas voltadas ao combate à primeira onda da pandemia do novo coronavírus, as vendas caíram 11,3% e geraram o menor volume financeiro (R$ 5,30 bilhões) desde 2007, que foi de R$ 4,98 bilhões. Agora, já há várias regiões brasileiras autorizando o funcionamento do comércio a toda capacidade.

"Nesse quesito, os pais deram mais sorte que as mães neste momento, pegando a economia um pouco mais favorável, embora a questão do preço e do crédito mais caro sejam uma certa âncora para um crescimento um pouco menor do que poderia ser se a inflação não estivesse alta. A recuperação seria bem mais rápida", disse Bentes, em entrevista à Agência Brasil.

Obstáculo

Bentes reforçou que, apesar da fraca base comparativa de 2020 favorecer o registro de taxas de incremento mais significativas neste ano, a inflação constitui obstáculo para o varejo não só para o Dia dos Pais, como também para as demais datas comemorativas. "O que se tem é isso: uma reativação da economia, mas com certos problemas que impedem um avanço mais forte das vendas". De acordo com o economista, a inflação está alta porque está sendo puxada por itens específicos na média da cesta de preços.

A cesta de bens e serviços para o Dia dos Pais sinaliza crescimento de 7,8% em relação à do ano passado, maior variação desde 2016, quando subiu 8,6%. Dos 13 itens analisados, apenas dois estão, em média, mais baratos do que há um ano: livros (1,7%) e aparelhos de som (1,3%). Os maiores aumentos são observados em televisores (22,3%), bebidas alcoólicas (11,8%) e perfumes (10,5%).

Ele salientou que no setor de vestuário, que ainda passa por dificuldades, a tendência é de aquecimento nas vendas. "O setor não está tendo espaço para reajustar preços", explicou. A projeção é que as lojas que vendem roupas faturem em torno de R$ 2,43 bilhões, ou o equivalente a 40,2% do total estimado para este ano, seguindo-se os ramos de utilidades domésticas e eletroeletrônicos (R$ 1,24 bilhão) e produtos de perfumaria e cosméticos (R$ 0,86 bilhão).

Comércio eletrônico

Para o economista, no caso das vendas online, a tendência é desacelerar um pouco, depois da alta de 47% de janeiro a maio deste ano, de acordo com a Receita Federal. Bentes disse, porém, acreditar que, como a economia está reabrindo, pelo menos aquelas pessoas que estavam indo para o comércio online, principalmente no início da segunda onda, vão voltar ao comércio presencial. "O online vai continuar crescendo a dois dígitos ainda por um bom tempo, mas não em um ritmo tão forte como o observado nos primeiros cinco meses do ano", afirmou.

Bentes destacou que os shopping centers torcem pelo incremento das vendas presenciais, porque, com as restrições à circulação de pessoas, este é um setor que vai demorar a se recuperar. Segundo ele, a tendência, daqui para a frente, é ter uma situação mais equilibrada entre o consumo presencial e o consumo online nesta e nas demais datas comemorativas neste ano.

O economista lembrou que, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o faturamento real do varejo já estava 3,9% acima do volume observado às vésperas da pandemia (fevereiro de 2020) e 1,1% maior do que em agosto do ano passado. "O comércio já tinha recuperado o nível de vendas pré-pandemia em maio, e a tendência é que em junho, julho, com o recuo da pandemia, o comércio já tenha subido para outro patamar". Por isso, ele ressaltou que o movimento do comércio não pode ser atribuído a datas comemorativas, mas o que já era observado desde o retrocesso da segunda onda de contaminação, em março último. A partir de abril, a circulação de pessoas no comércio cresceu 39%, o que ajudou o setor a manter a tendência de recuperação, que deve continuar até o fim do ano, caso não haja nenhum recuo na crise sanitária, disse.

Em ternos regionais, a pesquisa da CNC revela que São Paulo, com R$ 2,15 bilhões, Rio de Janeiro, com R$ 632,1 milhões; e Minas Gerais, com R$ 629,3 milhões, devem responder pela maior parte (56,6%) da movimentação financeira com o Dia dos Pais neste ano. De acordo com a CNC, todas as unidades federativas deverão ter avanço real ante os montantes do ano passado, com destaque para as taxas esperadas no Paraná (+15,0%), Rio Grande do Sul (+14,4%), Distrito Federal (+14,3%) e em Santa Catarina (+12,5%).

Fecomércio

Levantamento feito pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) de 19 e 22 de julho, com a participação de 405 consumidores, mostra que este Dia dos Pais, o primeiro após o início da vacinação, será melhor para o varejo. A previsão é que 40% dos fluminenses, ou o correspondente a 5,6 milhões de pessoas, comprem presentes na data, o que representará injeção financeira de R$ 901 milhões na economia do estado, contra R$ 873 milhões em igual período do ano passado. O tíquete médio será de R$ 161,70, valor bem superior ao registrado no ano anterior, que foi de R$ 148,59.

Entre os presentes mais procurados, destacam-se roupas (52,5%); seguidas por calçados e acessórios (24,7%); perfumes ou cosméticos (18,5%); livros e e-books (8%), smartphones (8%); joias e relógios (7,4%) e computadores e tablets (2,5%). O IFec RJ destaca que itens de maior valor, como smartphones e relógios, tiveram a intenção de compra dobrada em relação ao ano passado. Conforme a sondagem, os fluminenses estão divididos sobre o local onde vão comprar os presentes: 48,1% preferem lojas físicas, 24,1% lojas online e 27,8% ambas.

Segundo o Ifec Rio, até o momento, o Dia dos Pais só ficou atrás do Dia dos Namorados (R$ 1,4 bilhão) e do Dia das Mães (R$ 1,2 bilhão) em termos de movimentação econômica.

Na capital, o Clube dos Diretores Lojistas e o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município (SindilojasRio), que representam, juntos, mais de 30 mil estabelecimentos comerciais, trabalham com expectativa de 1,5% de aumento das vendas no Dia dos Pais, que, junto com o Dia da Criança e o Natal, está entre as datas comemorativas mais importantes para o comércio estadual no segundo semestre do ano.

O presidente do CDLRio e do SindilojasRio, Aldo Gonçalves, disse esperar que o Dia dos Pais seja a primeira data comemorativa do comércio a registrar resultado positivo. Todas as anteriores (Páscoa, Dia das Mães e Dia dos Namorados) tiveram desempenho negativo. "No rastro dos estragos causados à vida das pessoas, a pandemia também vem provocando uma devastação na economia, fechando empresas e aumentando o desemprego. Nesse cenário, em que a retração do consumo segue como principal tendência, é auspicioso estimar crescimento das vendas no Dia dos Pais."

Gonçalves estimou que o preço médio dos presentes deve ficar entre R$ 120 e R$150 por pessoa e que a maioria dos consumidores, a exemplo de datas anteriores, deverá utilizar o cartão de crédito parcelado como forma principal de pagamento. (Agência Brasil)

Dólar ultrapassa R$ 5,20 e fecha julho com maior alta desde janeiro

Num dia marcado por tensões domésticas e externas, o dólar voltou a subir e ultrapassou a barreira de R$ 5,20, com a maior alta mensal desde janeiro. A bolsa caiu mais de 3% na sexta-feira, (30) e fechou julho com o pior desempenho em cinco meses.

O dólar comercial encerrou esta sexta-feira vendido a R$ 5,21, com alta de R$ 0,131 (+2,57%). A cotação chegou a operar abaixo de R$ 5,10 no fim da manhã de sexta-feira, mas disparou durante a tarde, até encerrar perto da máxima do dia.

Com o desempenho de sexta-feira, a divisa, que vinha de dois dias seguidos de queda, fechou julho com alta de 4,76%. Essa foi a maior valorização mensal da moeda norte-americana desde janeiro, quando o dólar havia subido 5,5%.

Na bolsa de valores, o pessimismo foi semelhante. O índice Ibovespa, da B3, fechou a sexta-feira aos 121.801 pontos, com recuo de 3,08%. O indicador operou em queda durante toda a sessão. Em julho, o Ibovespa acumulou perda de 3,94%, o pior desempenho desde fevereiro (-4,37%).

No plano internacional, a divulgação de que a inflação em 12 meses nos Estados Unidos superou a meta de 2% estabelecida pelo Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) trouxe pessimismo nos mercados de todo o planeta. Apesar de o Fed, na reunião da última quarta-feira (28), ter assegurado que os estímulos concedidos durante a pandemia não serão retirados tão cedo, os gastos dos consumidores norte-americanos em junho subiram mais que o esperado, desestimulando essa expectativa.

Além disso, as preocupações com o crescimento de casos de covid-19 causados pela variante delta do novo coronavírus e com a desaceleração da economia chinesa ampliaram as tensões. O preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional), principalmente do minério de ferro, prejudicaram países emergentes, como o Brasil.

No mercado interno, as expectativas voltam-se para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) na próxima semana. Desde março, o BC tem elevado a taxa Selic (juros básicos da economia) em 0,75 ponto percentual a cada reunião, mas a alta do dólar e da inflação no Brasil está aumentando as pressões para que o reajuste chegue a um ponto percentual. Além disso, a possibilidade de que o novo programa Bolsa Família seja bancado com recursos fora do teto de gastos provocou tensões nos investidores. (Agência Brasil)

WP TRANCOSO HOLDCO S.A.

CNPJ 31.036.580/0001-09 - NIRE 35.300.519.141

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Horário e Local: Em 04.05.2021, às 10h, na sede social. **Convocação**: Dispensada, via videoconferência, da totalidade dos acionistas. **Publicações:** Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2020, respectivos relatórios dos auditores, foram devidamente publicadas, conforme documentos anexados à presente ata. Dispensada, na forma do artigo 133, §4º, da Lei 6.404/76, a publicação de aviso de disponibilidade dos documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76. **Presenças**: totalidade do capital social da **WP Trancoso Holdco S.A.**, a saber: **(i) WP GG FS H Fundo de Investimento em Participações Mustiestratégica,** CNPJ 35.780.314/0001-39; e **(ii) WP GG (Brazil) Holdco II LLC,** CNPJ 35.627.299/0001-93, representadas por seu procurador, Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi. **Mesa**: Presidente: Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi; Secretário: Henrique Hitoshi Muramoto. **Deliberações**: provar sem ressalvas ou restrições, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2020. Nada mais. Mesa: **Piero Paolo Picchioni Minardi -** Presidente. **Henrique Hitoshi Muramoto -** Secretário. **JUCESP** - 297.220/21-4 em 23/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MRLH HOLDING LTDA.

CNPJ/MF nº 00.624.942/0001-40 – NIRE 35.213.083.549

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS

Data, Horário e Local: Às 10:00 horas do dia 28 de julho de 2021, na sede da Sociedade. **Presença:** totalidade do capital social. **Deliberações dos sócios:** (i) redução do capital social no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil; (ii) consequente alteração da Cláusula Sexta do Contrato Social, passando o novo capital social a ser de R$ 2.751.021,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil e vinte e um reais), dividido em 2.751.021(dois milhões, setecentas e cinquenta e uma mil e vinte e uma) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada; (iii) publicação deste extrato da ata; e (iv) arquivamento da ata de reunião de quotistas e da 3ª Alteração do Contrato Social após o transcurso do prazo de 90 dias, conforme artigo 1.084, §§ 2º e 3º. **Encerramento:** Formalidades legais. **Bruno de Luca Zanatta, Felipe Gabriel Machado Cargnin e Ramon Fernandez Aracil Filho.**

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 (Matriz) - NIRE 35.300.006.658

CNPJ/MF Nº 60.665.981/0005-41 (Filial) - NIRE 31.901.115.407

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de maio de 2021

(Lavrada na forma de Sumário, conforme autorizado pelo Art. 130, § 1º da Lei n 6.404/76)

Data, Hora e Local: Realizada em 11 de maio de 2021, às 14:00 horas, no escritório administrativo da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("União Química" ou "Companhia"), na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, Conjuntos 161/162, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, CEP. 05676-120, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da diretoria da Companhia. **Presença**: Presentes todos os membros da diretoria da Companhia. **Composição da Mesa**: Presidida pelo Sr. Fernando de Castro Marques e Secretariada pelo Dr. Fernando Rifai Daguer. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração das atividades da filial da União Química, inscrita no CNPJ 60.665.981/0005-41, NIRE 31.901.115.407. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos da presente Reunião de Diretoria, o Presidente da Mesa fez ampla exposição da situação da sociedade e da necessidade de ampliar suas atividades e aparelhar-se para melhor atender ao seu crescente desenvolvimento, inclusive a necessidade de alterar as atividades da filial da União Química, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.665.981/0005-41, NIRE 31.901.115.407, visando acrescentar ao rol de atividades*: a) Fabricação de medicamentos para uso veterinário; e b) Comércio Atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário.* Tendo por base a exposição do Sr. Presidente e a proposta apresentada, colocado em votação, foi aprovada por unanimidade pela Diretoria as alterações acima expostas. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 11 de maio de 2021. **Mesa:** Fernando de Castro Marques - Diretor Presidente, Fernando Rifai Daguer - Secretário. **Membros da Diretoria:** Fernando de Castro Marques - Diretor-Presidente, Vagner Nogueira - Diretor Vice-Presidente, Sérgio Eduardo Aparecido Costa Freire - Diretor, José Luiz Junqueira Simões - Diretor Vice-Presidente, Paula Melo Suzana Gomes - Diretora Vice-Presidente, Alexandre Guilherme Marques Pinto - Diretor. JUCESP nº 253.782/21-1 em 28/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF nº 02.502.844/0001-66 - NIRE 35.300.155.181

Companhia Aberta - Categoria "B"

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Realizada às 10h00 do dia 17/05/2021, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo/SP. **Mesa:** João Alberto Fernandez de Abreu, Presidente; Mayara Cardoso da Silva, Secretária. **Presenças:** Totalidade. **Deliberações Tomadas por Unanimidade dos Presentes:** Aprovar a destituição, nesta data, do (i) Sr. João Alberto Fernandez de Abreu, do cargo de Presidente do Conselho de Administração, ao qual a Companhia agradece os valiosos serviços prestados. Em decorrência da vacância mencionada acima e nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/1976. Conduzir o Sr. **Daniel Rockenbach,** RG/SSP/RS nº 50.177.087-92, CPF/ME nº 465.817.230-53, com endereço profissional à Rua Emilio Bertolini, nº 100, Curitiba/PR, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; Eleger a Sra. **Fernanda Verzenhassi Sacchi,** RG 324223250/SSP/SP, e CPF/ME nº 315.642.998-80, com endereço profissional à Rua Emilio Bertolini, nº 100, Curitiba/PR, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração. Consignar que, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 367/02, os Conselheiros eleitos acima declaram não existir qualquer vedação que os impeça de exercer as funções de administrador da Companhia, tomando posse em seu cargo mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia. Em observância às deliberações acima, consignar que o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a expirar na AGO de 2023, será composto pelos Srs. **Daniel Rockenbach** como Presidente do Conselho de Administração, **Fernanda Verzenhassi Sacchi** como Membro Titular do Conselho de Administração, **Julio Cesar da Silva Julio** como Membro Titular Representante dos Empregados do Conselho de Administração e **Marcelo Carvalho da Silva** como Membro Suplente Representante dos Empregados do Conselho de Administração. Receber e consignar expressamente a renúncia apresentada pelo Sr. **Eduardo Pellegrina Filho,** ao cargo de Diretor de Gente, a quem a Companhia agradece pelos serviços prestados, o qual permanecerá no cargo até o dia 31/05/2021. Em razão do item acima e, em observância ao disposto no Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, conforme proposta apresentada pelo Diretor Presidente, Sr. João Alberto Fernandez de Abreu, resolvem os Conselheiros: Conduzir o Sr. **Darlan Fábio De David,** RG sob o nº 70.749.088-02 SSP/RS e CPF nº 915.062.129-72, ao cargo de Diretor de Suprimentos, Projetos e Segurança. Eleger o Sr. **Daniel Rockenbach,** RG/SSP/RS nº 50.177.087-92, CPF/MF nº 465.817.230-53, para as funções de Diretor Operações. Adicionalmente, a Companhia informa que o Diretor ora eleito **(i)** é domiciliado profissionalmente na cidade de Curitiba/PR; **(ii)** exercerá o mandato a expirar na AGO de 2023, conforme previsão do artigo 16, §2º, do Estatuto Social; e **(iii)** toma posse, nesta data, em seu cargo mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia. Em observância as deliberações do item acima, consignar que a eleição do Sr. Daniel Rockenbach retroage a data de 23/03/2021, com a consequente ratificação de todos os atos por ele praticados. Consignar que, em razão das deliberações acima, que a Diretoria da Companhia, com mandato a expirar na AGO de 2023, será composta pelos Srs. **João Alberto Fernandez de Abreu,** como Diretor Presidente, **Ricardo Lewin,** como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, **Darlan Fabio De David,** como Diretor de Suprimentos, Projetos e Segurança, **Pedro Marcus Lira Palma** como Diretor Comercial e **Daniel Rockenbach** como Diretor de Operações. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17/05/2021. João Alberto Fernandez de Abreu - Presidente; Mayara Cardoso da Silva - OAB/PR 70.523 - Secretária e Advogada. **JUCESP** nº 349.424/21-4 em 16/072021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

CNPJ/ME nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Realizada às 13h00 do dia 17/05/2021, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, Andar 03, Conjunto 32, Sala 06, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Mesa:** João Alberto Fernandez de Abreu, Presidente; Mayara Cardoso da Silva, Secretária. **Presenças:** Totalidade. **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** Aprovar a destituição, nesta data, do (i) Sr. João Alberto Fernandez de Abreu, do cargo de Presidente do Conselho de Administração (ii) Darlan Fábio De David, ao qual a Companhia agradece os valiosos serviços prestados. Em decorrência da vacância mencionada acima e nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/1976. Conduzir o Sr. **Daniel Rockenbach,** RG/SSP/RS nº 50.177.087-92, inscrito no CPF/ME sob o nº 465.817.230-53, com endereço profissional à Rua Emilio Bertolini, nº 100, Curitiba/PR, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; Eleger a Sra. **Fernanda Verzenhassi Sacchi**, RG 324223250/SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 315.642.998-80, com endereço profissional à Rua Emilio Bertolini, nº 100, Curitiba/PR, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração. Eleger o Sr. **Felipe Bertoncello Carvalhedo,** RG nº 284413860, SSP/SP, CPF/MF nº 221.886.718-48, com endereço profissional à Rua Emilio Bertolini, nº 100, Curitiba/PR, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração. Consignar que, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 367/02, os Conselheiros eleitos acima declaram não existir qualquer vedação que os impeça de exercer as funções de administrador da Companhia, tomando posse em seu cargo mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia. Em observância às deliberações acima, consignar que o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a expirar na AGO de 2023, será composto pelos Srs. **Daniel Rockenbach** como Presidente do Conselho de Administração, **Fernanda Verzenhassi Sacchi** como Membro Titular do Conselho de Administração e **Felipe Bertoncello Carvalhedo** Membro Titular do Conselho de Administração. Receber e consignar expressamente a (i) renúncia apresentada pelo Sr. **Eduardo Pellegrina Filho**, ao cargo de Diretor de Gente, (ii) a destituição do Sr. **Angêlo Kury Deves**, ao cargo de Diretor Operacional a quem a Companhia agradece pelos serviços prestados, o qual permanecerá no cargo até o dia 31/05/2021. Em razão do item acima e, em observância ao disposto no Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, conforme proposta apresentada pelo Diretor Presidente, Sr. João Alberto Fernandez de Abreu, resolvem os Conselheiros: Eleger o Sr. **Darlan Fábio De David**, RG nº 70.749.088-02 SSP/RS e no CPF sob o nº 915.062.129-72, ao cargo de Diretor de Suprimentos, Projetos e Segurança. Eleger o Sr. **Daniel Rockenbach,** RG/SSP/RS nº 50.177.087-92, CPF/MF nº 465.817.230-53, para as funções de Diretor de Operações. Adicionalmente, a Companhia informa que o Diretor ora eleito ***(i)*** é domiciliado profissionalmente na Rua Emílio Bertolini, 100, Cajuru, CEP 82.920-030, Curitiba, Paraná; ***(ii)*** exercerá o mandato a expirar na AGO de 2023, conforme previsão do artigo 16, §2°, do Estatuto Social; e ***(iii)*** toma posse, nesta data, em seu cargo mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia. Em observância as deliberações do item acima, consignar que a eleição do Sr. Daniel Rockenbach retroage a data de 23/03/2021, com a consequente ratificação de todos os atos por ele praticados. Consignar que, em razão das deliberações acima, que a Diretoria da Companhia, com mandato a expirar na AGO de 2023, será composta pelos Srs. **João Alberto Fernandez de Abreu,** como Diretor Presidente, **Ricardo Lewin,** como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, **Darlan Fabio De David,** como Diretor de Suprimentos, Projetos e Segurança, **Pedro Marcus Lira Palma** como Diretor Comercial e **Daniel Rockenbach** como Diretor de Operações. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 17/05/2021. Mayara Cardoso da Silva - OAB/PR 70.532 - Secretária e Advogada. **JUCESP** nº 349.423/21-0 em 16/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0650695-03.2000.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RENATA APARECIDA LEITE, CPF 284.868.828-93, que nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Sociedade Brasileira de Educação - SBE, CNPJ 33.544.370/0040-55, estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL da penhora realizada sobre a quantia de R$ 1.828,34 pelo sistema BACENJUD, em conta de sua titularidade, para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, sob pena de levantamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de julho de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0029152-55.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney da Silva Braga, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Paula Fernanda Antunes Ferreira Teixeira, RG 268313271, CPF 268.189.618-51, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero – EC Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 5.476,97 (junho/ 2021), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de julho de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1043918-07.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Borges de Carvalho, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Maria Lúcia Torres de Falco, CPF 214.871.918-12, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaucard S.A. relativa ao veículo marca Chevrolet, modelo Prisma LT (MyLink) 1.4, cinza, ano 2012, placa ESA4420, chassi 9BGRP69X0CG344877, apreendido em 05.12.2018 (fls. 104), haja vista o inadimplemento da cédula de crédito nº 30410-756596458. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, pague a integralidade da dívida pendente, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer resposta, ambos a fluir após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de julho de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o **EDITAL DE CITAÇÃO**, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 784.099 em 17 de dezembro de 2019, a requerimento de **SUPERA INVESTIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 24.958.783/ 0001-89, com sede nesta Capital, na Avenida Jamaris nº 100, conjunto 1.202, sala 01 - Moema, **FAZ SABER** aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Supera Investimentos LTDA, acima qualificada, requereu a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 216A da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre: a) o apartamento nº 22, localizado no 2º andar, com a área útil de 79,79m², área comum de 42,41m², área total de 122,20m², e a quota ideal no terreno de 0,5256%, com origem na matricula nº 14.038, e, b) box nº 69, tipo 2, localizado no 2º sub-solo, com a área útil de 12,00m², área comum de 20,69m², área total de 32,69m², a fração ideal no terreno de 0,1406%, com origem na matricula nº 14.039, ambos do Edifício Maison Loire, bloco B, situados na Alameda dos Arapanás nº 725, em Indianópolis – 24º Subdistrito, de propriedade de Merli Urara Kanazawa, RG nº 3.819,268 e CPF nº 634.378.568-04 e Supera Investimentos LTDA, CNPJ nº 24.958.783/0001-89, alegando e comprovando posse mansa e pacifica desde 29 de abril de 1977, sem oposição e ininterrupta. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de julho de 2021. 17/07 e 02/08

Comercial e de Imóveis São Paulo S.A.

CNPJ 61.190.443/0001-87

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocam-se os acionistas da Comercial e de Imóveis São Paulo S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 12/8/2021, às 15 hs, em sua sede social, na Rua Itaquera 475, Pacaembu, 01246-030, São Paulo, SP, para discutir e deliberar sobre eleição da Diretoria, alteração do Capital Social e outros assuntos de interesse social. São Paulo, 27/7/2021. Celso da Costa Carvalho Vidigal - Presidente.

RANKMYAPP SOFTWARE E SERVIÇOS DE INTERNET S.A. - CNPJ nº 23.993.916/0001-95 - NIRE 35.300.539.486 - **Edital de Convocação - AGO/E a ser realizada em 08/09/2021 -** Rankmyapp Software e Serviços de Internet S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **08/09/2021**, às 17h00, na sede social da Rankmyapp Software e Serviços de Internet S.A., localizada na Rua Luis Coelho, 223, 2º andar, Edifício Apollo II, CEP 01.309-901, Bairro Consolação, São Paulo-SP, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia**: **1)** aprovação do balanço patrimonial, demais demonstrações de resultado e do relatório do auditor independente, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2019; **2)** fixar a remuneração da diretoria da Companhia; **3)** alteração do endereço da Companhia; **4)** conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais Série A, A-9, A-6 e A-5; **5)** autorizar a compra de ações para compor o pool de ações do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e sua manutenção em tesouraria; **6)** consolidação do estatuto social da Companhia. São Paulo, 27/07/2021. **Leandro Scalise Gomes -** Conselheiro Ordinarista.

ALPHA MEMORIAL S/A

CNPJ/MF nº 04.256.769/0001-26 - NIRE 35.300.183.681

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

A Diretoria da **Alpha Memorial S/A** ("Companhia"), por seu Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Rhormens Alves Natel, convida os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem na assembleia geral extraordinária a ser realizada às **14 horas** do dia **9 de agosto de 2021** ("Assembleia"), de forma exclusivamente presencial na sede social da Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, 4800, conjunto 152, torre 1, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(1)** apresentar e ratificar os atos da Diretoria a respeito dos processos de desapropriação por utilidade pública nsº 1011846-89.2020.8.26.0068 e 1001195-61.2021.8.26.0068, ambos em curso na Vara da Fazenda Pública de Barueri, propostos pelo Município de Barueri em face da Companhia ("Ações de Desapropriação"); e **(2)** aprovar que a Diretoria da Companhia prossiga com os atos necessários para o levantamento de valores depositados nos autos das Ações de Desapropriação. **Informações Gerais**: Serão admitidos na Assembleia os acionistas cujas ações estejam regularmente registradas nos livros próprios da companhia até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência de até 30 (trinta) minutos ao horário de início da Assembleia indicado no presente edital de convocação, portando os seguintes documentos: **(i)** acionistas que sejam pessoas físicas: documento de identificação com foto; e **(ii)** acionistas que sejam pessoas jurídicas: cópias autenticadas da última consolidação do estatuto ou do contrato social e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Informamos aos acionistas que poderão fazer-se representar por terceiros, desde que outorguem procuração com fim específico para a Assembleia, podendo ser por instrumento público ou particular, desde que com firma reconhecida, nos termos do parágrafo único do Artigo 16º do Estatuto Social da Companhia. Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação devem ser depositados na sede da Companhia até o dia 6.8.2021, aos cuidados do Sr. Rodrigo Rhormens Alves Natel, na Avenida Magalhães de Castro, 4800, conjunto 152, torre 1, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Informamos que cópias dos autos das Ações de Desapropriação estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, 4800, conjunto 152, torre 1, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, contendo todas as informações necessárias para o entendimento das matérias a serem deliberadas.

São Paulo, 29 de julho de 2021. **Rodrigo Rhormens Alves Natel -** Diretor Presidente

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ nº 34.878.487/0001-21 - NIRE 35.300.541.570

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 24/06/2021

Aos 24/06/2021, às 9h00, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença**: Totalidade. **Mesa:** Presidente: Sr. Fernando Diez Viotti e Secretário: Sr. Daniel Lafer Matandos. **Ordem do Dia e Deliberações:** O Acionista presente deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, que atualmente encontra-se totalmente subscrito e integralizado, dos atuais R$ 1.069.810.860,00, para R$ 1.282.899.702,00, um aumento, portanto, no valor total de R$ 213.088.842,00, mediante a emissão de 213.088.842 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão correspondente a R$ 1,00 por ação. O preço de emissão foi fixado de acordo com o artigo 170, §1º, I e II, conjuntamente, da Lei das Sociedades por Ações. **1.1.** Fica consignado que os demais acionistas da Companhia, Fernando Diez Viotti, Daniel Lafer Matandos e Carolina de Farias Vilela expressamente renunciam aos seus respectivos direitos de preferência ao qual fazem jus na subscrição das ações ora emitidas. **1.2.** Em decorrência do aumento de capital social aprovado no item 1 acima, aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5º** - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é R$ 1.282.899.702,00, dividido em 3.463.339.008 ações ordinárias e 5.200.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."* **2.** Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos e adotarem todas as medidas necessárias para dar cumprimento e formalizar as deliberações aprovadas na presente assembleia geral, de acordo com a lei aplicável, incluindo, mas não se limitando, à assinatura de contratos e documentos relacionados. **Encerramento:** Formalidades legais. Extrato da ata. São Paulo, 24/06/2021. Mesa: **Fernando Diez Viotti -** Presidente; **Daniel Lafer Matandos -** Secretário. Acionistas Presentes: **CAP TC - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** *Por:* Fernando Taminato e Christiano Jonasson de Conti Medeiros; **Fernando Diez Viotti; Daniel Lafer Matandos; Carolina de Farias Vilela.** JUCESP nº 349.066/21-8 em 16/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AGASUS S.A.

CNPJ nº 04.212.396/0001-91 - NIRE 35.300.415.027

Edital de Convocação

Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da AGASUS S.A.

Ficam convocados os Senhores Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Agasus S.A. ("Debenturistas" "Emissão" e "Companhia", respectivamente) a reunirem-se em primeira convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula Décima do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Agasus S.A.*", celebrada em 23 de janeiro de 2020, entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário") e os intervenientes fiadores, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a ser realizada no **dia 13 de agosto de 2021, às 10:00 horas**, na sede da Emissora, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luis, CEP 05802-140 ("Assembleia"), e face à pandemia de COVID-19, exclusivamente de modo digital e remoto, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** aprovar ou não a incorporação reversa da 220 Capital Investimentos e Participações S.A., sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2801, apartamento 131, bairro Cerqueira Cesar, CEP 01416-001, inscrita no CNPJ/ ME 29.966.248/0001-93 ("220 Capital") pela Companhia, mediante a absolvição de dívida oriunda da aquisição ("Seller Note") em relação aos antigos acionistas; **2.** na hipótese de aprovação do item (1) acima, aprovar ou não a alteração na redação da Cláusula 7.1.2, alínea "b", para: (a) excluir a medição do *covenant* "*Dívida Financeira Líquida Consolidada / EBITDA*" prevista no item (ii) da Cláusula 7.1.2, alínea "b" da Escritura de Emissão de Debêntures, (b) alteração do *covenant* "*Dívida Financeira Líquida/ EBITDA*", previsto no item (i) da Cláusula 7.1.2, alínea "b" da Escritura de Emissão de Debêntures e (c) alteração do covenant "*Valor total de Equipamentos/Dívida Financeira Líquida*", previsto no item (iii) da Cláusula 7.1.2, alínea "b" da Escritura de Emissão de Debêntures; **3.** declarar, ou não, antecipadamente vencida as Debêntures, tendo em vista o descumprimento da cláusula 7.1.1 alínea "j" da Escritura de Emissão de Debêntures, tendo em vista o descumprimento dos custos autorizados no Anexo I à Escritura de Emissão de Debêntures, aprovando a diferença de R$370.000,00 (trezentos e setenta mil reais); **4.** aprovar ou não alteração da redação da cláusula 7.1.1 alínea "j" da Escritura de Emissão, bem como a exclusão do Anexo I, para prever a limitação de distribuição de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com suas obrigações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures, nos termos da Lei nº Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **5.** aprovar, ou não, a alteração da redação da Cláusula 4.11.1 da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a incluir o jornal "Gazeta de São Paulo" como veículo de divulgação dos fatos e atos relevantes de interesse dos Debenturistas, bem como as convocações para as respectivas assembleias gerais; **6.** autorizar previamente a Companhia a outorgar garantias no âmbito da sua segunda emissão de debêntures ("Segunda Emissão"); e **7.** caso os itens (1) a (4) acima sejam aprovados, autorizar que a Companhia e o Agente Fiduciário tomem as providências cabíveis à implementação da matéria supracitada, incluído a formalização, às exclusivas expensas da Companhia dos aditamentos necessários aos documentos da Emissão e demais documentos necessários à implementação das matérias desta assembleia e seus eventuais aditamentos. Informações Gerais: a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, por videoconferência coordenada pela Emissora, através da plataforma Microsoft Teams, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente pela Companhia, sendo certo que somente poderão exercer o direito de voto aqueles que encaminharem previamente à **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos seus respectivos documentos comprobatórios de representação, bem como a indicação da quantidade de Debêntures de sua titularidade, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, em no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sob pena de não ter sua presença computada nos quóruns de instalação e votação da Assembleia. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral. São Paulo, 29 de julho de 2021. **AGASUS S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1013274-34.2016.8.26.0008. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Requerido: Augusto Brandão. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013274-34.2016.8.26.0008. A MMa. Juiza de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. MÁRCIA CARDOSO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a AUGUSTO BRANDÃO, Brasileiro, Empresário, CPF: 273.614.628-04, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, objetivando a quantia de R$ 53.425,23 (17/06/2016), decorrente do Contrato de Crédito Parcelado Pré-Premier–Price n° 1791-04631-97. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de junho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1037262-37.2018.8.26.0001. O MMº. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CLAUDIO FERREIRA DOS SANTOS, CPF 136.017.438-92, que lhe foi proposta uma AÇÃO DE COBRANÇA por parte de HOSPITAL SÃO CAMILO SANTANA, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando o recebimento da quantia de R$ 9.632,46 (Outubro/2018), decorrente dos recibos provisórios de serviços nºs 165635, 165636 e 166164, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de Julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1126302-92.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a So Hyun Pak, RG W500438-1, CPF 714.632.160-68, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 21.159,91 (outubro/2016), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2012. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de julho de 2021

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1016202-47.2014.8.26.0001 O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **RODRIGO DIAS DUARTE**, CPF 077.908.704-67, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaucard S.A, relativa ao veículo marca Chevrolet, modelo Astra (HB) (FP) Adv 2.0 A, preto, ano/modelo 2007/2008, placa DZC7718, chassi 9BGTR48W08B166031, apreendido em 25.02.2015, haja vista o inadimplemento do contrato de financiamento nº 30410-26781229 e aditamento firmado em 23.11.2012, em anexo aos autos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. São Paulo, 06 de abril de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0020529-02.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Eloá da Silva CPF: 366.752.508-76, que Associação de Instrução Popular e Beneficência (entidade mantenedora da Escola de Enfermagem São José) CNPJ: 50.228.097/0001-62 ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, sendo julgada procedente e condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 4.916,61 (Maio/2021), ora em fase de Cumprimento de Sentença. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito atualizado ou apresente bens a penhora, sob pena de ser acrescido de multa de 10% e honorários sucumbenciais de 10% (Art. 523 § 1º e 3º do NCPC), quando serão penhorados bens para garantia da execução, podendo no prazo de 15 dias, oferecer impugnação. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de julho de 2021. 30 e 31/07

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004556-13.2021.8.26.0001. O MMº. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DANIEL MAURICIO FREITAS, CPF 300.746.298-32, que por este Juízo tramita, nos autos da ação de cobrança sob nº 1022347-17.2017.8.26.0001, o presente Cumprimento de Sentença movido por PRÓ ENSINO S/C LTDA. EPP, CNPJ 60.558.483/0001-76. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 18.410,33 (Abril/2021), que deverá ser devidamente atualizada até a data do depósito, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não efetuado o pagamento, independentemente de nova intimação, o credor poderá indicar bens à penhora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de julho de 2021. 30 e 31/07

SERASA S.A.

serasa experian

CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE Nº 35.300.06256-6

Conselho de Administração Ata de 05 de Julho de 2021

Aos 05.07.2021, reuniu-se às 10h00, o Conselho de Administração da Serasa S.A., com a presença por conferência telefônica, dos Conselheiros Srs. Valdemir Bertolo, Inacio Lopes da Silva Junior, Darryl Scott Gibson, Kerry Lee Williams, José Luiz Teixeira Rossi e Lloyd Mark Pitchford, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i) autorizar a alienação de bem do ativo permanente (Edifício Quinimuras) a um preço igual ou superior a R$ 55.000.000,00; e (ii) outros assuntos. Assumiu a presidência dos trabalhos o Conselheiro Sr. Valdemir Bertolo, com a anuência de todos os Conselheiros presentes. Deliberados e colocados em votação o item (i) da ordem do dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a alienação, a um preço igual ou superior a R$ 55.000.000,00, do imóvel localizado na Alameda dos Quinimuras, 187, Planalto Paulista, que faz parte do ativo permanente da Companhia. Nada havendo outros assuntos de interesse geral da Companhia a tratar, o Conselheiro Sr. Valdemir Bertolo ofereceu a palavra para quem dela quisesse fazer uso. Não havendo outras manifestações, agradeceu aos Srs. Conselheiros o comparecimento e encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos. Os trabalhos foram secretariados pelo Sr. Alfred Schmitke Azevedo. Mesa: Valdemir Bertolo: Presidente; Alfred Schmitke Azevedo: Secretário. Conselheiros votantes: Srs. Valdemir Bertolo, Darryl Scott Gibson, Lloyd Mark Pitchford, Kerry Lee Williams, José Luiz Teixeira Rossi e Inacio Lopes da Silva Junior – Conselheiros. Certifico que esta é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Alfred Schmitke Azevedo - Secretário. JUCESP 350.022/21-5 em 16.07.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Bahema Educação S.A. - CNPJ/ME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366 - **Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Junho de 2021 - Data, horário e local:** Em 30/06/21, às 14h30, com participação virtual dos presentes, realizada na sede social da Bahema Educação S.A. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Jeffrey Norman Ware, João Alceu Amoroso Lima, Cássio Beldi, Maria Fernanda Rocha Tabacow, Marcelo Walton, Maurício Nogueira Escobar, Ignacio Dauden Martinez e Bruno de Almeida Camargo. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Cassio Beldi, que convidou o Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho para secretariar os trabalhos. **Ordem do dia:** Deliberar, de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia, sobre a emissão de novas ações ordinárias da Companhia em decorrência do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão. **Deliberações Tomadas:** Os membros do Conselho de Administração, após análise e discussão das matérias propostas, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **(i)** Consignar que entre os dias 14 e 29/06/21, houve o exercício de 178.570 bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão. Cada Bônus de Subscrição, exercido ao preço de R$76, por ação, confere ao seu titular o direito a receber 1 ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23/10/20 e constantes da Escritura da Emissão. **(ii)** Assim, em decorrência do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos Bônus de Subscrição, aprovar a emissão de 178.570 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo entregue 1 ação ordinária para cada Bônus de Subscrição exercido, ao preço de emissão de R$76,86 por ação, a serem entregues aos titulares dos Bônus de Subscrição exercidos. As novas ações são desde já emitidas dentro do limite do capital autorizado e farão jus a todos os direitos atribuídos às ações ordinárias atualmente existentes. **(iii)** Aprovar que a Diretoria da Companhia possa praticar todos os atos, bem como celebrar todos os documentos necessários para efetivar as deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., que, após, lida e aprovada, foi por todos assinada, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no §1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Membros do Conselho de Administração: Jeffrey Norman Ware, João Alceu Amoroso Lima, Cássio Beldi, Maria Fernanda Rocha Tabacow, Marcelo Walton, Maurício Nogueira Escobar, Ignacio Dauden Martinez e Bruno de Almeida Camargo. São Paulo, 30/06/21. **Cássio Beldi -** Presidente da Mesa, **Guilherme Affonso Ferreira Filho -** Secretário. **JUCESP** nº 352.834/21-3 em 21/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 6ª, 8ª e 31ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DA ISEC SECURITIZADORA S.A. (SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A A PARTIR DE 01/09/2017).

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª, 8ª e 31ª Série da 1ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, atual denominação social da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora" respectivamente), a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em segunda convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no **dia 13 de agosto de 2021 às 11h00**, **de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams** ("Assembleia"), conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Considerando a definição de "Matérias de Interesse" do Acordo de Credores das séries 6ª, 8ª e 31ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora, avaliar os pedidos apresentados pela Ginco Urbanismo Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 05.808.790/0001-50 ("Devedora") datado de 26 de abril de 2021 ("Carta Ginco"), para: **(a)** autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, contados da data de aprovação deste item, do prazo concedido no item "(i.a)" das deliberações, da Assembleia Geral dos Titulares de CRI da 6ª, 8ª e 31ª séries realizada em 25 de novembro de 2020, e conforme Termo de Rerratificação celebrado na mesma data ("AGT de 25.11.2020"), para reenquadramento da Razão de Direitos Creditórios dos CRI da 6ª, 8ª e 31ª Séries, afastando supostas penalidades de acordo com os Documentos da Operação com relação a este item, considerando que o prazo concedido na AGT de 25.11.2020 já se esgotou; **(b)** autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, contados da data de aprovação deste item, do prazo concedido no item "(i.b)" das deliberações, da AGT de 25.11.2020, de modo que seja suspensa a aplicabilidade do Percentual Mínimo de Recebíveis da 6ª, 8ª e 31ª Séries, desde que respeitado o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento), durante o período de carência a ser concedido, afastando supostas penalidades de acordo com os Documentos da Operação com relação a este item, considerando que o prazo concedido na AGT de 25.11.2020 já se esgotou; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item "(i)" acima. O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível (i) no site da Emissora: www.isecbrasil.com.br; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação é de qualquer número Titulares dos CRI presentes, conforme cláusula 3.2.5 do Acordo de Credores. Considerando as medidas restritivas relacionadas principalmente ao fluxo e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e corrente disseminação do novo corona vírus causador da Covid-19, bem como em observância à ICVM 625, informamos aos titulares dos CRI que a Assembleia ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, tanto para fins de participação quanto para voto, através do sistema Microsoft Teams de conexão via internet, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, sendo aceito somente até o horário de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular do CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo à eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 30 de julho de 2021.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

31/07 e 03/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015757-66.2018.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ademir Lima Prado CPF 688.467.978-68 e Ruth Garcia Prado CPF 251.516.558-33, que os Espólios de Dinorah Rossi Jacon e de Orival Jacon ajuizaram ação de execução, para cobrança de R$ 144.000,00 (nov/18), referente à locação do imóvel à Av. Dr. Eduardo Cotching 2047. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito atualizado, com os honorários de 20% ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Fica ainda INTIMADOS do arresto da totalidade do imóvel descrito na matrícula de nº 98.272, do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/Capital, para que querendo apresente Embargos no prazo de 15 dias. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2021. B 31/07 e 03/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1072403-82.2016.8.26.0100 A MM. Juíza de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Elaine Faria Evaristo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Requerido INABRA ABRASIVOS E FERRAMENTAS LTDA., NA PESSOA DE SUA REPRES. LEGAL HELENA BANDEIRA GHOLMIEH, CNPJ 61.028.452/0001-76, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, alegando em síntese: condenar o Requerido ao pagamento de R$ 78.152,28 (setenta e oito mil e cento e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos) (atualizado até 30/06/2016), corrigidos e acrescido de encargos legais, bem como as que se vencerem, referente ao débito das faturas de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado à Rua Cajuru, 649, Belenzinho, São Paulo/SP (cliente 10000535, instalação MTE0010440 e instalação 55550410). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de maio de 2021. B 31/07 e 03/08

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0055115-02.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiuvite Júnior, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SABRINA WINTER** que o mandado monitório dos autos da Ação Monitória ajuizada por **Restoque Comércio e Confecções de Roupas S/A** converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$13.248,64 (treze mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos). Diante do início do cumprimento de sentença foi determinada a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento da quantia supra, sob pena de aplicação de multa de 10%, bem como verba honorária também fixada em 10%, nos termos do art.523, § 1o, do NCPC. Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de julho de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1001504-71.2017.8.26.0020. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Rosa Maria Abade Barbosa. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001504-71.2017.8.26.0020. A MM. Juiza de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Fernanda Mendes Simões Colombini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Rosa Maria Abade Barbosa (CPF 336.112.338-03), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 42.446,05 (Jan/2017), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital de CITAÇÃO para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 01% ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001227-63.2021.8.26.0010 (Principal nº 1005653-09.2018.8.26.0010). O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RONG YE, CPF 233.748.168-94, que a ação de Cobrança de Procedimento Comum, ajuizada pelo Banco Bradesco S/A, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 51.009,53 (abril/2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1114364-66.2017.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Dle Assessoria Empresarial Ltda. Me. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE DIAS. PROCESSO Nº 1114364-66.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Clarissa Rodrigues Alves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DLE ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. ME, CNPJ 23.193.348/0001-48, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de BANCO BRADESCO S/A, objetivando a quantia de R$ 162.556,67 (março de 2019), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças nº 10807846. Estando a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1003107-75.2018.8.26.0011. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Sergio Antonio Alambert. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003107-75.2018.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Rogério de Camargo Arruda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SERGIO ANTONIO ALAMBERT, Advogado, RG 7.846.286-1, CPF 755.705.218-87, Nascido 31/03/1958, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, lhe ajuizou ação de Cobrança do valor de R$ 17.802,14, (abril de 2018), decorrente das Notas Fiscais de Serviços n°s 04516620 e 00935828, oriundas da prestação de atendimento médico/hospitalar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação no prazo legal, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelos autores. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1001947-49.2017.8.26.0011. Classe: Assunto: Monitória - Propriedade. Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Requerido: Elizabeth Yukie Kotaoka Rodrigues. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001947-49.2017.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Bannitz Baccala da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELIZABETH YUKIE KOTAOKA RODRIGUES, Brasileira, Solteira, Micro-Empresária, RG 179610454, CPF 271.867.368-07, que lhe foi proposta uma ação de Monitória que Banco Bradesco Financiamentos S/A, lhe ajuizou Ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 66.369,30 (dezembro/2019), referente a Contrato de Abertura de Crédito nº 3653608860. Encontrando-se o ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (art. 701 do Código de Processo Civil), ou no mesmo prazo ofereçam embargos monitórios, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, ser-lhes-á nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Físico nº: 0015466-70.2001.8.26.0011. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Pamela Silveira da Silva e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0015466-70.2001.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Rogério de Camargo Arruda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PAMELA SILVEIRA DA SILVA, Brasileira, CPF 428.709.298-89, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, requereu a habilitação dos herdeiros da executado Plínio Candido da Silva (falecido), nos autos dação de Cobrança . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, acerca da habilitação, bem como para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 supra, efetue o pagamento de R$ 175.453,89 (setembro/2019), sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios (artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil). Fica também advertida de que, decorrido sem pagamento o prazo de quinze dias (artigo 523 do CPC), terá início o prazo de quinze dias para, independentemente de penhora e de nova intimação, oferecer impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0013973-84.2021.8.26.0002. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos. Exequente: Banco Santander (Brasil) S/A. Executado: Mario Sergio Cardoso. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0013973-84.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). FABRICIO STENDARD, na forma da Lei, etc. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0013973-84.2021.8.26.0002. O Dr. Fabrício Stendard, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Mario Sérgio Cardoso (CPF. 065.757.488-05), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação Getúlio Vargas, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 391.424,97 (junho de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

ARCADIS LOGOS S.A.

CNPJ nº 07.939.296/0001-50 - NIRE 35.300.393.996

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, Realizada em 25 de maio de 2021.

Data, Hora e Local: 25/05/2021, 15h, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, em vista da presença de todos os acionistas. **Mesa:** Karin Marangoni Ferrara Formigoni - Presidente e Carla Casagrande Ribeiro - Secretária. **Deliberações:** Por unanimidade: **(i)** ratificação da aceitação da renúncia apresentada por Sr. Felipe Alceu Amoroso Lima, com efeitos desde 1º/05/2021, ao cargo de Diretor Geral da Companhia. **(ii)** ratificação da eleição e nomeação de Felipe, acima qualificado, para o cargo de Diretor Executivo da Companhia com efeitos desde 1º/05/2021, com mandato até a próxima AGO. Os acionistas ratificam, também, todos os atos praticados por Felipe no exercício do cargo de Diretor desde 1º/05/2021 até a presente data. **(iii)** Ratificar a eleição e nomeação da Sra. Karin Marangoni Ferrara Formigoni para o cargo de Diretora Geral da Companhia, com efeitos desde 1º/05/2021 até a próxima AGO, em substituição ao Sr. Felipe, acima qualificado. Os acionistas ratificam, também, todos os atos praticados por Karin na condição de Diretora Geral da Companhia desde 1º/05/2021 até a presente data. Karin, acumulará o cargo de Diretora Presidente da Divisão de Meio Ambiente da Companhia, reeleita na AGO de 7/07/2020. **(iv)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à presente ata. **Encerramento:** Formalidades legais e assinaturas. SP, 25/05/2021. **JUCESP** - 357.265/21-0 em 27/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A ARCADIS Logos S.A. é uma Companhia que se rege por este Estatuto Social, pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro em SP/SP, na Rua Libero Badaró, 377, 6º andar, cj. 605, Centro, CEP 01009-000, podendo, mediante deliberação da Diretoria criar, manter ou extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º.** A Companhia tem por Objeto Social a Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria em Engenharia, em Meio Ambiente e Serviços afins, por conta própria ou de terceiros, no Brasil e no Exterior, a entidades públicas e privadas, compreendendo, mas não se limitando, a: (a) Serviços de Consultoria em Engenharia e em Meio Ambiente, em sua mais ampla acepção, envolvendo, entre outras, as especialidades de: geologia, geografia, civil, mecânica, elétrica, minas, ambiental, agronomia, florestal, urbanismo, ecologia, veterinária, química e engenharia sanitária, compreendendo, sem se restringir, a: (i) Gerenciamento e Consultoria de Engenharia na concepção, viabilização, implantação, operação, expansão e modernização de Empreendimentos de qualquer natureza; (ii) Planejamento Físico e Financeiro, Programação, Coordenação, Supervisão, Fiscalização, Acompanhamento e Controle Qualitativo e Quantitativo de Programas, Projetos e Obras; Coordenação dos Suprimentos, Diligenciamento e Inspeção de Materiais e Equipamentos; Comissionamento de Instalações e Sistemas e Coordenação de SSO. (iii) Elaboração de Diagnósticos, Estudos de Viabilidade, Planos, Programas e Projetos conceituais, básicos e executivos; (iv) Elaboração de Diagnósticos, Inventários, Estudos, Políticas, Planos, Programas e Projetos nas áreas econômica, social, ambiental, institucional e de sustentabilidade; (v) Desenvolvimento de Gestões para a obtenção de Licenciamentos de Empreendimentos; (vi) Desenvolvimento de Gestões para a obtenção de Incentivos, entre os quais aqueles relacionados à mitigação de efeitos poluidores; (vii) Gerenciamento e Monitoramento Social e Ambiental na implantação, expansão, modernização e operação de empreendimentos de qualquer natureza; (viii) Gerenciamento, consultoria e execução de serviços relacionados à fauna doméstica e silvestre, incluindo, mas não se limitando a resgate, manejo e assistência médico-veterinária; (ix) Elaboração de Avaliação de Impactos e Passivos Ambientais, de Diagnósticos e estudos para Remediação Ambiental do solo, água e ar, bem como análises relacionadas; e (x) Implantação [illegible]

[illegible] ... poderá determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos inferiores com a finalidade de declarar dividendos intermediários ou pagar juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§1º.** Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **§2º.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação e Dissolução - Artigo 28.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e instalar o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Foro - Artigo 29.** Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de SP/SP, como único competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do presente Estatuto Social, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. **Artigo 30.** A Companhia sucede, em todos os seus direitos e obrigações, a sociedade ARCADIS Brasil Ltda., nos termos da legislação e da incorporação data de 20 de julho de 2011, bem como as sociedades Logos Engenharia S.A., Enerconsult S.A. e Arcadis Tetraplan S.A., nos termos da incorporação datada de 29 de dezembro de 2011.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

CNPJ/MF Nº 30.037.009/0001-38 - NIRE 35.300.514.815

Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 7.06.2021, às 9 horas

CERTIDÃO: Certifico o registro na JUCESP sob nº 306.243/21-0 em 25/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Gaia Cred Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF 20.646.442/0001-17 - NIRE 35.300.467.558

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 02.06.2021

Data, Hora, Local: 02.06.2021, às 11 horas, na sede, Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, conjunto 82, sala 3, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** João Paulo dos Santos Pacífico, presidente; Emerson Rodolfo Lopes, secretário. **Deliberações Aprovadas:** O cancelamento do registro da Companhia perante Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.06.2021. Acionistas: João Paulo dos Santos Pacífico; Nova Atlantis Participações Ltda. JUCESP nº 355.683/21-0 em 23.07.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RANKMYAPP SOFTWARE E SERVIÇOS DE INTERNET S.A. - CNPJ nº 23.993.916/0001-95 - NIRE 35.300.539.486 - **Aviso aos Acionistas** - Rankmyapp Software e Serviços de Internet S.A. ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do art. 133 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A"), comunicar que se acham à disposição dos acionistas: I - o relatório da administração; II - a cópia das demonstrações financeiras; e III - o parecer dos auditores independentes. As cópias desses documentos poderão ser obtidas na sede da Companhia, localizada na Rua Luis Coelho, 223, 2º andar, Edifício Apollo II, CEP 01.309-901, Bairro Consolação, São Paulo-SP. Referidos documentos serão discutidos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **08 de setembro de 2021**, às 17h00, na sede social da Companhia. São Paulo, 27 de julho de 2021. **Leandro Scalise Gomes -** Conselheiro Ordinarista.

Music2 Publicidade Digital Ltda.

CNPJ/ME nº 16.595.954/0001-24 - NIRE 35.226.793.841

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Fabiano Pierri Dias Campos, RG nº 28.121.666-6 e CPF/ME nº 250.888.168-63, residente em São Paulo/SP, sócio minoritário da Sociedade, detentor de 4% de seu capital, vem, com fundamento na Cláusula Décima do Contrato Social da Sociedade e dos artigos 1.020, 1.053, 1.065, 1.073, inciso I, e 1.078 do Código Civil: (i) requerer que a sócia-administradora apresente o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade referente ao exercício social findo em 31.12.2020, no prazo de até 5 dias úteis a contar da presente data; e (ii) convocar os sócios da Sociedade para a reunião de sócios, a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 09.09.2021, às 10:00 hs, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme autorização conferida pelo artigo 9º da Lei nº 14.030/2020, que introduziu o artigo 1.080 - A no Código Civil, com o objetivo de tomar as contas da administradora e deliberar sobre: (ii.a) o balanço patrimonial e o de resultado econômico referente ao exercício social findo em 31.12.2020; e (ii.b) a destinação do resultado econômico do referido exercício. São Paulo/SP, 30.07.2021. **Fabiano Pierri Dias Campos -** Sócio Minoritário da Music2 Publicidade Digital Ltda.

RUYA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.088.145/0001-60

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Ativo	**15.216.773,82**	**14.423.767,71**
Ativo Circulante	373.476,16	192.326,19
Disponível	367.718,17	181.629,64
Bancos Conta Movimento	2.845,66	2.226,53
Aplicações Financeiras	364.872,51	179.403,11
Impostos Estimativos	5.757,99	10.696,55
Impostos de Renda sobre Aplicações	-	9.350,99
Impostos a Recuperar	5.757,99	1.345,56
Ativo Não Circulante	5.735.490,32	4.037.458,57
Realizável a Longo Prazo	5.735.490,32	4.037.458,57
Dividendos a Receber	5.735.490,32	4.037.458,57
Ativo Permanente	9.107.807,34	10.193.982,95
Investimentos: Participação Empresas	9.107.807,34	10.193.982,95

	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Passivo	**15.216.773,82**	**14.423.767,71**
Passivo Circulante	742,63	334,14
Obrigações Fiscais	742,63	334,14
Impostos e Contribuições a Recolher	742,63	334,14
Passivo Não Circulante	231.222,63	324.059,17
Passivo Exigível a Longo Prazo	231.222,63	324.059,17
Empréstimos	-	500,00
Lucros/Dividendos a Distribuir	231.222,63	323.559,17
Patrimônio Líquido	14.984.808,56	14.099.374,40
Capital	14.984.808,56	14.099.374,40
Capital Social	10.710.634,21	10.710.634,21
Reservas	4.421.694,43	3.852.481,10
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(147.520,08)	(463.740,91)

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receitas Líquidas/Lucro Bruto	-	-
Despesas Operacionais	(49.793,64)	(41.545,23)
Despesas Administrativas	(49.793,64)	(41.545,23)
Despesas Operacionais Total:	(49.793,64)	(41.545,23)
Despesas Financeiras	(5.431,56)	-
Receitas Financeiras	12.909,11	6.461,72
Resultados Não Operacionais	1.111.856,14	1.995.966,17
Resultados Não Operacionais Total:	1.119.333,69	2.002.427,89
Resultado Acumulado antes da Contribuição Social	1.069.540,05	1.960.882,66
Contribuição Social Total:	(1.161,83)	(581,56)
Resultado Acumulado antes do Imposto de Renda	1.068.378,22	1.960.301,10
Imposto de Renda Total:	(1.936,37)	(969,25)
Resultado do Exercício	1.066.441,85	1.959.331,85

A Diretoria — **João Marcus Antonio Pudles** - Contador CT CRC 1SP 213.444/O-3

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia

EU MIGUEL DONHA JR., **LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR – 14/256L,** VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE AGOSTO 2021 (DO DIA 01.08.2021 AO DIA 31.08.2021)
SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTES LEILÕES .

Leilões de Agosto/2021

On-Line	**On-Line**
Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR	Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR
03.08.2021 Terça-feira	10.08.2021 Terça-feira
Leilão Início 11h	Leilão Início 11h

On-Line	**On-Line**	**On-Line**
Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR	Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR	Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR
17.08.2021 Terça-feira	24.08.2021 Terça-feira	31.08.2021 Terça-feira
Leilão Início 11h	Leilão Início 11h	Leilão Início 11h

Miguel Donha JR LEILOEIRO OFICIAL JECEPAR 14/256L — Fale conosco www.baronleiloes.com.br

San Giovanni Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.845.448/0001-13

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Quotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e Financeiras do Balanço Patrimonial de 31/03/2020 e 2019.

Balanços patrimoniais encerrados em 31.03.2020 e 2019 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	**46.202**	**32.494**	**102.960**	**81.568**
Caixa e equivalentes de caixa	11.202	627	17.480	8.949
Títulos e valores mobiliários	16.612	12.476	64.798	49.752
Contas a receber	-	-	2.977	91
Tributos a recuperar	909	142	3.558	727
Dividendos a receber	17.479	19.249	13.320	19.503
Outros ativos	-	-	827	2.546
Não circulante	**924.287**	**926.238**	**938.483**	**949.022**
Contas a receber	-	-	1.238	-
Outros ativos	-	-	-	3.915
Investimentos em coligadas e controladas	924.287	926.238	850.425	858.533
Propriedades para investimentos	-	-	37.156	37.311
Imobilizado	-	-	49.664	49.263
Total do ativo	**970.489**	**958.732**	**1.041.443**	**1.030.590**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	**34.162**	**78**	**36.849**	**2.181**
Fornecedores	12	7	232	219
Salários e contribuições sociais	-	-	706	387
Tributos a recolher	593	-	1.148	122
Dividendos a pagar	33.557	71	34.763	1.453
Não circulante				
Tributos diferidos	-	-	2.464	2.951
Total do passivo	34.162	78	39.313	5.132
Patrimônio líquido	**936.327**	**958.654**	**1.002.130**	**1.025.458**
Atribuível aos acionistas da controladora				
Capital social	346.065	346.065	346.065	346.065
Ações em tesouraria de investida indireta	(29.270)	(51.896)	(29.270)	(51.896)
Reserva de capital investida	2.129	2.105	2.129	2.105
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	134.200	224.457	134.200	224.457
Reservas de lucros	483.203	437.923	483.203	437.923
	936.327	**958.654**	**936.327**	**958.654**
Participação dos acionistas não controladores	-	-	**65.803**	**66.804**
Total do passivo e patrimônio líquido	**970.489**	**958.732**	**1.041.443**	**1.030.590**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31.03.2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	**140.990**	**70.380**	**152.712**	**76.196**
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado				
Resultado reflexo com derivativos e outros instrumentos financeiros *hedge accounting*, líquido de impostos	(91.538)	(19.626)	(98.490)	(21.239)
Total do resultado abrangente do exercício	**49.452**	**50.754**	**54.222**	**54.957**
Atribuível a: Acionistas da Companhia	-	-	49.452	50.754
Participação de acionistas não controladores	-	-	4.770	4.203
	-	-	**54.222**	**54.957**

Demonstrações dos resultados - Exercício findo em 31.03.2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas	-	-	9.379	3.074

[illegible]

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31.03.2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

[illegible]

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31.03.2020 e 2019 (Em milhares de reais)

[illegible]

A Diretoria — **Luiz Antônio Cornélio** - Contador CRC 1SP 172.573/O-5

As demonstrações financeiras completas, contendo Notas Explicativas e o relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis na sede da Empresa.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1086734-64.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Laura Correa Rodrigues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCELO SOUNG CHAL SHIN, Brasileiro, Casado, Diretor de Empresas, RG 24.487.612-4, CPF 250.215.728-57, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Stance Dual School Ltda., objetivando o recebimento de R$ 82.403,92 (Setembro/2019), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida firmado entre as partes. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do presente edital, ofereça embargos monitórios ou pague a importância supra, mais honorários advocatícios no importe de 5% do valor da causa, ficando ciente, outrossim, de que neste último caso ficará isento de custas processuais e de que, na hipótese de não oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 701, § 2°, do CPC), quando então terá incidência o disposto no art. 523 do CPC. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de julho de 2021. 30 e 31/07

Edital de Intimação - Prazo de 20 dias. Processo 0012796-82.2021.8.26.0100. O Dr. Valdir da Silva Queiroz Junior, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Fórum Central/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Vivian Rocha Hanai CPF: 338.879.098-10, que Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - Colégio São Luis CNPJ: 33.544.370/0014-63 ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, sendo julgada procedente e condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 50.182,96 (Março/2021), ora em fase de Cumprimento de Sentença. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito atualizado ou apresente bens a penhora, sob pena de ser acrescido de multa de 10% e honorários sucumbenciais de 10% (Art. 523 § 1º e 3º do NCPC), quando serão penhorados bens para garantia da execução, podendo no prazo de 15 dias, oferecer impugnação. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de julho de 2021. 30 e 31/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026560-03.2016.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Anderson Suzuki, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARLI PEREIRA LEITE, CPF 038.223.888-58, e CRISTIANE PEREIRA LEITE, CPF 312.698.678-14, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Clínica de Repouso Estância da Cantareira S/c Ltda., objetivando o recebimento de R$ 2.394,69 (09/2016), representada pelo contrato de prestação de serviço firmado entre as partes em 21/04/2016. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo apresentada defesa, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 01 de julho de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005594-02.2019.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Michel Chakur Farah, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ABEL DANTAS DA PAIXAO, Brasileiro que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 4.931,47 (quatro mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos), sob pena de extinção do compromisso de venda e compra, além da desocupação compulsória caso o bem imóvel compromissado não seja desocupado no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do mencionado acordo, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de julho de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0007917-35.2021.8.26.0002. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Cursos Nauticos Placido Eirelli - Epp e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0007917-35.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Cursos Náuticos Plácido Eirelli – EPP (CNPJ. 19.192.131/0001-46) e Plácido Soares da Silva (CPF. 069.641.758-81), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradesco S/A, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 124.258,56 (março de 2021). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0005223-90.2021.8.26.0003. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficiente São Camilo. Executado: Rosana Lira Gaieth. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005223-90.2021.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Bertholazzi, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Rosana Lira Gaieth (CPF. 349.033.428-08), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Hospital São Camilo - Ipiranga, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 4.475,05 (junho de 2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0004355-46.2020.8.26.0004. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Executado: Companheiro da Pesca Comercio de Artigos Para Pesca e Camping Ltda. EPP. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004355-46.2020.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO DE CASTRO CARVALHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) COMPANHEIRO DA PESCA COMERCIO DE ARTIGOS PARA PESCA E CAMPING LTDA. EPP, CNPJ 02.672.900/0001-00, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 153.062.30 em outubro de 2019, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de junho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1007692-42.2014.8.26.0002. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Executado: Luiz José Pereira EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007692-42.2014.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Caio Moscariello Rodrigues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUIZ JOSÉ PEREIRA, Brasileiro, Empresário, CPF 293.588.718-22, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo, alegando em síntese: objetivando a quantia de R$ 30.849,59 (fevereiro de 2014), representada pelo Instrumento Particular, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças n° 0206-11356-84. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, sob pena de penhora em tantos de seus bens quantos bastem à garantia da execução. Em caso de pagamento dentro do tríduo a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e depositando 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo efetuado o pagamento, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de embargos à execução. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de junho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0005229-06.2021.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares. Exeqüente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Espólio de ANTONIO DO NASCIMENTO. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005229-06.2021.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao ESPÓLIO DE ANTONIO DO NASCIMENTO, CPF 253.368.948-34, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Sociedade Beneficente São Camilo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 179.811,50 (01/2021), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 30 de junho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1022224-87.2015.8.26.0001. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Requerido: Benedicta Rojas de Aduviri. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1022224-87.2015.8.26.0001. A MMª. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a BENEDICTA ROJAS DE ADUVIRI, CPF 233.768.918-26, que lhe foi proposta uma Ação de Busca e Apreensão convertida em Ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, objetivando o recebimento da quantia de R$ 24.771,11 (Julho/2015), representada pelo Contrato de Financiamento nº 4368340532, para aquisição de bens, garantido por alienação fiduciária, celebrado em 14/10/2014. Estando a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado acrescido de custas e despesas processuais, quando então a verba honoraria poderá ser reduzida pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30 % do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0012514-84.2020.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A e outro. Executado: Ecomad Madeiras Ltda. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0012514-84.2020.8.26.0001. A MM. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ECOMAD MADEIRAS LTDA., CNPJ 10.502.519/0001-21, que por este Juízo tramita, nos autos da ação monitória sob nº 4002098-33.8.26.0001, o presente Cumprimento de Sentença movido por BANCO BRADESCO S/A, tendo o mandado monitório sido convertido em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial. Estando a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 135.041,84 (setembro/2020), que deverá ser devidamente atualizada até a data do depósito, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não efetuado o pagamento, independentemente de nova intimação, o credor poderá indicar bens à penhora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1001153-29.2015.8.26.0001. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: ECOMAD MADEIRAS LTDA. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001153-29.2015.8.26.0001. A MMª. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ECOMAD MADEIRAS LTDA., CNPJ 10.502.519/0001-21, que lhe foi proposta uma Ação de Busca e Apreensão convertida em Execução de Título Extrajudicial por parte de BANCO BRADESCO S/A, objetivando o recebimento da quantia de R$ 24.640,88 (Dezembro/2014), representada pelo Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 29/07/2010. Estando a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado acrescido de custas e despesas processuais, quando então a verba honoraria poderá ser reduzida pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30 % do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

Contas públicas têm déficit de R$ 65,5 bilhões em junho

As contas públicas registraram saldo negativo em junho, com piora em relação ao mês anterior devido ao aumento de despesas com precatórios e antecipação do 13º salário dos aposentados. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R$ 65,508 bilhões no mês passado. Os dados foram divulgados na sexta-feira, (30) pelo Banco Central (BC).

Houve aumento do déficit em relação a maio, quando foi registrado resultado negativo de R$ 15,541 bilhões. O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, explicou que o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou de R$ 27,416 bilhões em maio para R$ 55,141 bilhões em junho, devido à antecipação a aposentados e pensionistas. Além do aumento de R$ 16 bilhões na comparação mensal de gastos do governo federal com despesas judiciais e precatórios.

"Esses dois fatores exclusivamente explicam 87% dessa piora no resultado do déficit primário no setor público na passagem de maio para junho. São dois fatores pontuais que explicam a mudança e a trajetória fiscal do país segue a mesma", disse, durante coletiva virtual para apresentar os dados.

Por outro lado, o resultado de junho é melhor em relação ao déficit primário de R$ 188,682 bilhões de junho de 2020. Rocha destacou que junho de 2020 foi, provavelmente, o ponto mais alto dos gastos fiscais de combate aos impactos econômicos, sociais sanitários da pandemia de covid-19. "Naquele mês tivemos déficit primário recorde em termos mensais. E esses impactos são menores agora", disse, para explicar a redução significativa na comparação interanual.

Em 12 meses, encerrados em junho, as contas acumulam déficit primário de R$ 305,456 bilhões, o que corresponde a 3,81% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Para o chefe do departamento do BC, a situação fiscal ainda precisa de bastante melhora e é o esperado que aconteça.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas) desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. No ano, de janeiro a junho, há déficit de R$ 5,208 bilhões, ante resultado negativo de R$ 402,703 em junho do ano passado. Segundo Rocha, os números positivos precisam ser contextualizados com a situação econômica de época (pico da pandemia) e com a recuperação que se observa atualmente.

A meta para as contas públicas deste ano, definida no Orçamento Geral da União, é de déficit primário de R$ 251,1 bilhões para o setor público consolidado. Em 2020, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário recorde de R$ 702,950 bilhões, 9,49% do PIB. Foi o sétimo ano consecutivo de resultados negativos nas contas do setor público.

Dados isolados

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R$ 75,083 bilhões ante o déficit de R$ 195,180 bilhões de junho de 2020. Além da diminuição de 35% nas despesas, antes os gastos com a pandemia no resultado de 2020, no mês passado, a União registrou aumento da receita líquida em 57% em comparação a junho de 2020. "Em junho do ano passado estávamos no momento mais agudo, com a recessão que diminuiu a atividade econômica e também a arrecadação", disse Rocha, destacando ainda que o pagamento de muitos impostos foram adiados para auxiliar o setor produtivo naquele momento.

O montante difere do resultado divulgado ontem (29) pelo Tesouro Nacional, de déficit de R$ 73,553 bilhões em junho, porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Por outro lado, os governos estaduais contribuíram para melhora do resultado no mês passado registrando superávit de R$ 7,547 bilhões, ante superávit de R$ 5,592 bilhões em junho de 2020. Os governos municipais também anotaram superávit de R$ 850 milhões em junho deste ano. No mesmo mês de 2020, o superávit foi de R$ 187 milhões para esses entes.

Da mesma forma, houve melhora na arrecadação desses entes, principalmente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do aumento nas transferências regulares do governo federal no âmbito do compartilhamento de impostos e outras normas federativas, fruto natural do aumento da arrecadação.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, também tiveram superávit primário de R$ 1,183 bilhão no mês passado.

Despesas com juros

Os gastos com juros ficaram em R$ 10,086 bilhões em junho, contra R$ 21,897 bilhões no mês anterior e R$ 21,480 bilhões em junho de 2020. De acordo com Rocha, essa despesa tende a ser estável e diversos fatores contribuíram para melhorar o resultado no mês.

Houve crescimento nas despesas influenciado pela elevação dos índices de preços, em especial a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, houve aumento do estoque nominal da dívida, montante sobre o qual incidem os juros.

No sentido contrário, houve uma contribuição positiva na conta pela influência das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro). Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas. Segundo Rocha, em junho deste ano, os ganhos com swap foram de R$ 21,7 bilhões. Já em maio, os ganhos foram menores, de R$ 11 bilhões, e em junho de 2020 houve perdas de 4,9 bilhões com swap.

Em junho, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e os gastos com juros ficou em R$ 75,595 bilhões, contra o resultado negativo de R$ 210,161 bilhões em igual mês de 2020.

Em 12 meses, acumula R$ 589,695 bilhões, ou 7,36% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R$ 4,878 trilhões em junho, o que corresponde a 60,9% do PIB. Em maio, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 59,8%.

O aumento tem como principais fatores, primeiro, o próprio resultado deficitário do mês, e segundo, a desvalorização cambial de 4,4% que ocorreu no período. A dívida pública sobe quando há alta do dólar, porque o Brasil também é credor em moeda estrangeira. Ainda assim, o resultado é menor do que o registrado em dezembro de 2020, quando a dívida líquida chegou a 62,7% do PIB, o recorde histórico.

Em junho de 2021, a dívida bruta do governo geral (DBGG) – que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais – chegou a R$ 6,729 trilhões ou 84% do PIB, contra 84,6% (R$ 6,696 trilhões) no mês anterior, quando a dívida bruta chegou no maior percentual da série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2006. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

Um dos fatores para a redução da dívida bruta do governo geral é o crescimento do PIB nominal do país nos últimos meses. Além disso, no caso da DBGG, só se contabiliza os passivos no país, sem impacto das reservas internacionais, e a desvalorização cambial contribui para reduzir as dívidas dos governos. (Agência Brasil)

MPF: preocupação é com prevenção de novos prejuízos na Cinemateca

O Ministério Público Federal (MPF), que acompanha as consequências do incêndio ocorrido na noite de quinta-feira, (29) em um dos depósitos da Cinemateca Brasileira, informou que os prejuízos ainda estão sendo constatados e que a prioridade, no momento, é prevenir uma nova tragédia. O fogo atingiu o galpão da instituição localizado na Vila Leopoldina, na zona oeste de São Paulo.

"No atual momento devem ser priorizados o salvamento do material restante e a prevenção de nova tragédia. Só depois de finalmente implantada uma nova entidade gestora para a Cinemateca se deverá pensar na apuração de responsabilidades individuais, embora a Polícia Federal já esteja, cautelarmente, cuidando da perícia criminal no local, para ser investigada a causa do incêndio", divulgou o órgão na sexta-feira, (30).

Em 15 de julho do ano passado, o MPF ajuizou ação civil pública com requerimento de medidas liminares emergenciais para a Cinemateca, então negadas pela Justiça Federal de primeira instância. No mês seguinte, a procuradoria entrou com recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e, em dezembro do mesmo ano, parte das medidas emergenciais solicitadas foi deferida, em atendimento ao recurso. Segundo o MPF, diante disso, a União diminuiu sua postura litigiosa sobre o tema e se colocou mais disponível à conciliação.

Na ação, o MPF sustenta que houve um problema de má transição na gestão da Cinemateca, de 2019 para 2020, quando se encerrou o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), sem que a União desse continuidade aos trabalhos técnicos internos da instituição. "Tal transição está sendo finalmente implementada pela União, dentro de procedimento judicial de conciliação, com prazos e diretrizes estabelecidos por consenso e coordenados pelo juiz da causa", acrescentou o órgão.

Uma rede de ex-funcionários da Cinemateca Brasileira afirmou, em manifesto divulgado hoje (30), que o incêndio no galpão da instituição foi "um crime anunciado" que resultou na perda de inúmeras obras e documentos da história do cinema brasileiro.

"Há mais de um ano denunciamos publicamente a possibilidade de incêndio nas dependências da Cinemateca pela ausência de quaisquer trabalhadores de documentação, preservação e difusão", diz o documento. Os trabalhadores avaliam que muitas perdas poderiam ter sido evitadas se os trabalhadores estivessem contratados e participado da rotina da instituição.

O grupo fez um primeiro inventário do acervo armazenado no depósito incendiado que pode ter sido destruído ou danificado pelo incêndio que atingiu o galpão na última quinta-feira. Apesar de a maior parte do acervo estar guardada na sede da Cinemateca, localizada na zona sul da cidade, os trabalhadores avaliam que o material da Vila Leopoldina tinha igual relevância e importância.

Do acervo documental, o levantamento inclui grande parte dos arquivos de órgãos extintos do audiovisual, como parte do Arquivo Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A. (1969 - 1990), parte do Arquivo do Instituto Nacional do Cinema - INC (1966 - 1975) e Concine - Conselho Nacional de Cinema (1976 - 1990), além de documentos de arquivo ainda em processo de incorporação. Parte do acervo de documentos oriundos do arquivo Tempo Glauber, do Rio de Janeiro, inclusive duplicatas da biblioteca de Glauber Rocha e documentos da própria instituição.

Em relação ao acervo audiovisual, a potencial perda inclui parte do acervo da distribuidora Pandora Filmes, de cópias de filmes brasileiros e estrangeiros em 35mm; matrizes e cópias de cinejornais únicos, trailers, publicidade, filmes documentais, filmes de ficção, filmes domésticos, além de elementos complementares de matrizes de longas-metragens, todos estes potencialmente únicos; parte do acervo da ECA/USP - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo da produção discente em 16mm e 35mm; parte do acervo de vídeo do jornalista Goulart de Andrade.

Do acervo de equipamentos e mobiliário de cinema, fotografia e processamento laboratorial, os trabalhadores afirmam que, além do seu valor museológico, muitos desses objetos eram fundamentais para consertos de equipamentos em uso corrente. Eles explicam que, para exibir ou duplicar materiais em película ou vídeo, é necessário maquinário já obsoleto e sem reposição no mercado.

A Secretaria Especial da Cultura disse que "lamenta profundamente" e acompanha de perto o incêndio que atinge o galpão da Cinemateca Brasileira. "Cabe registrar que todo o sistema de climatização do espaço passou por manutenção há cerca de um mês como parte do esforço do governo federal para manter o acervo da instituição", disse em nota divulgada ontem..

A secretaria solicitou apoio à Polícia Federal para investigação das causas do incêndio. (Agência Brasil)

Cabo Verde quer ampliar relacionamento econômico com o Brasil

O presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca, disse na sexta-feira, (30) que o país africano quer ampliar as relações com o Brasil e alcançar uma cooperação econômica e empresarial "mais visível" entre os dois países. Fonseca está em visita ao Brasil e se reuniu na sexta-feira, no Palácio do Planalto, com o presidente Jair Bolsonaro.

Em declaração à imprensa, ele explicou que Cabo Verde faz parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. "Constitui um mercado muito importante e, portanto, os empresários brasileiros podem não só ascender ao pequeno mercado de Cabo Verde, mas ao enorme mercado que Cabo Verde faz parte, onde há países como Nigéria, Senegal e Costa do Marfim. No conjunto são algumas centenas de milhões de consumidores", disse.

No ano passado, o Brasil exportou US$ 24,8 milhões, em especial produtos agropecuários e derivados do petróleo, a Cabo Verde e importou US$ 20,8 mil, em produtos diversos. Entre janeiro e junho deste ano, o volume de exportações e importações alcançaram a marca dos US$ 11,2 milhões e US$ 18,6 mil, respectivamente.

Para o presidente Bolsonaro, o país é uma porta de entrada estratégica para a África Ocidental. Ele destacou ainda os acordos já estabelecidos nas áreas de defesa naval e de educação. "Estamos ultimando um acordo de mobilidade que facilitará o trânsito dos nossos povos nesses países-irmãos", disse Bolsonaro. Neste mês, as relações entre os dois países completaram 46 anos.

O presidente brasileiro disse ainda que aceitou o convite para, oportunamente, visitar o país africano. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1067973-56.2017.8.26.0002. A Dra. Adriana Borges de Carvalho, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber ao cônjuge da executada Rodnei Antonio de Souza (CPF. 182.811.128-75), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A contra a executada Patricia Moretti Ferreira Martins (CPF - 334.758.258-64), procedeu-se a penhora sobre: Direitos oriundos do Contrato de Alienação Fiduciária, no contrato ajustado com a Caixa Econômica Federal, do imóvel situado à Rua Vitória Speers, Vila Formosa, objeto da matrícula n° 94.825 do 9° CRI da Capital/SP, constituindo-se a devedora como depositária. Estando Rodnei Antonio de Souza em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 08/07/2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1007710-69.2019.8.26.0008. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Leticia Lopes Calou. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007710-69.2019.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Luis Fernando Nardelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LETICIA LOPES CALOU, CPF n.º 405.657.388-36, que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 18.222,86 (julho de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário n° 004.536.907. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, aos 26 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1009749-22.2017.8.26.0004. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: Jafet Engenharia Ltda - Epp. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009749-22.2017.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO DE CASTRO CARVALHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JAFET ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ 19.542.823/0001-77, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 64.770,86 (julho de 2017), decorrente de três operações de desconto de duplicatas, instrumentos firmados pelas partes (Borderô – Descontos de Direitos Creditórios). Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1038418-20.2019.8.26.0100. O Dr. Vitor Frederico Kümpel, Juiz de Direito da 27ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Ana Paula Borges de Almeida (CPF. 248.990.448-52), que Fundação Armando Álvares Penteado lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 20.608,38 (abril de 2019), representada pelo Instrumento Particular de Confissão e Dívida. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1051191-63.2020.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. LUIZ FERNANDO RODRIGUES GUERRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PARAÍSO COMÉRCIO VAREJISTA EIRELI (CNPJ 27.452.784/0001-45) e RODRIGO DE LIMA FERREIRA (CPF 063.788.734-45), que Banco Bradesco S/A ajuizou- lhes ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 220.457,96 (junho de 2020), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se EDITAL, para que em 3 dias, a fluírem dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1017987-23.2014.8.26.0008. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: CENTRO DE ENTRETENIMENTO ESPORTE E MIDIA LTDA e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1017987-23.2014.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Nardelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao Centro de Entretenimento, Esporte e Mídia Ltda (CNPJ. 05.994.870/0001-47) e Melissa Vlasic Bajtalo (CPF. 250.907.038-09), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 436.731,27 (agosto de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário n° 007.053.809. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 18.775,54. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 23 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 40 DIAS. PROCESSO Nº 1056870-88.2013.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Sachsida Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Promover Promoções e Merchandising Ltda (CNPJ. 00.182.362/0001-40) e Mauricio dos Santos Macari (CPF. 791.932.778-49), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 203.527,33 (agosto de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços CDC - PJ - nº. 002.861.539. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 40 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 1003991-96.2016.8.26.0004. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Lincon Ribeiro da Silva e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003991-96.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardeal Banti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LINCON RIBEIRO DA SILVA, Brasileiro, CPF 278.147.338-39 e RONALDO RIBEIRO DA SILVA, Brasileiro, CPF 174.919.298-50, que por este Juízo, tramita uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Fundação São Paulo,onde procedeu-se o bloqueio judicial de valores através do sistema SISBAJUD, nos valores de R$ 140,43, R$ 255,52, R$ 92,62, R$ 20,11 e R$ 7,50. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, manifeste-se sobre o bloqueio de valores, nos termos do art. 854, § 3º, do CPC. Não havendo manifestação, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0015708-52.2021.8.26.0100. A Dra. Juliana Pitelli da Guia, Juíza de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Renata Leuzzi (CPF. 326.589.848-20), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 20.794,12 (abril de 2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1006212-18.2017.8.26.0004. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Denis Vieira dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006212-18.2017.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Cláudia Bedotti, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Denis Vieira dos Santos (CPF. 291.369.588-40), que Sociedade Beneficente São Camilo, mantenedora do Hospital São Camilo - Pompéia lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 13.593,97 (maio de 2017), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 138824, 145497, 138895, 145885, 147660 e 153054, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 02 de julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1017125-68.2017.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito. Requerente: Aquastar Desentupidora e Dedetizadora Ltda Me. Requerido: José Carlos Buch e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1017125-68.2017.8.26.0001. O MMº. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EVERTON LUIZ DE LIMA, RG 10.826.945-6 SSP/PR, CPF 062.631.169-19, que lhe foi proposta uma ação de ressarcimento de danos causados por acidente de veículo, de procedimento comum, por parte de AQUASTAR DESENTUPIDORA E DEDETIZADORA LTDA. - ME, objetivando o recebimento da quantia de R$ 21.535,06 (Junho de 2017), decorrente da colisão do veiculo Mercedes Bens/L 1313, ano 1975, Placa IGG 5211/ SC, conduzido pelo requerido, com o veículo FIAT/FIORINO, ano 2011, placa EUY 1287 de propriedade da requerente. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de Julho de 2021. 31/07 e 03/08/2021

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 536

31 de julho a 6 de agosto de 2021

Importados

BMW X6 M Competition chega ao Brasil

O BMW Group Brasil traz ao Brasil mais um veículo estado da arte desenvolvido pela divisão M e continua a acelerar sua estratégia de lançamentos de produtos. Agora é a vez do país receber o BMW X6 M Competition 2022, que chega com aprimoramentos no design, lista de equipamentos e tecnologia, prioriza ainda mais os aspectos de performance e alia dirigibilidade, conforto e sofisticação. O BMW X6 M Competition chega à Rede de Concessionários BMW no Brasil com preço sugerido de R$ 1.018.950.

A performance do BMW X6 M Competition é assegurada pelo propulsor de 8 cilindros, bi-turbo, sendo duas turbinas com tecnologia "twin power" com bancadas de admissão de fluxo cruzado - sistema patenteado BMW Group, com deslocamento de 4.4 litros, que geram 625 cv de potência a 6.000 giros e possui torque de 750 Nm, atingidos na faixa entre 1.800 e 5.860 rotações. Esse motor trabalha em sincronia com a transmissão automática de 8 velocidades M Steptronic Eletrônica com sistema Drivelogic, que garante trocas de marcha de maneira otimizada e ainda vem com controle de largada. Junto com a tração integral M Xdrive, esse conjunto garante ao modelo aceleração de 0 a 100 km/h em 3,8 segundos e velocidade máxima de 290 km/h, marcas expressivas para um veículo de quase cinco metros de comprimento.

O consagrado modelo da marca bávara vem com bancos dianteiros esportivos com ajuste elétrico e ajuste de lombar para motorista e passageiro dianteiro, além de ventilação e de aquecimento. Com rodas de 21" na dianteira e de 22" na traseira, um dos diferenciais da linha é a possibilidade de atingir ao máximo a esportividade do carro por meio da personalização dos modos de pilotagem M1 e M2, que controlam ajustes de suspensão, direção, motor, entre ouros, para ajustar o carro ao modo preferido de pilotagem do motorista, além disso, há também a utilização do sistema de exaustão M Sport, o diferencial M de deslizamento limitado, o efeito auto bloqueante e a suspensão específica e adaptativa M, ambos com amortecedores controlados eletronicamente por barras estabilizadoras e barras anti-rolagem da carroceria ativas, que contribuem para melhor desempenho dinâmico, mais rapidez e precisão.

O potente BMW X6 M Competition também vem equipado com modernas tecnologias em termos de conforto e conveniência, entre elas: abertura e fechamento automático do porta-malas; Comfort Access System, que controla a abertura e o fechamento das portas sem a necessidade de chave; Função Soft Close, que puxa as portas automaticamente, fechando-as por completo caso fiquem entreabertas; ar-condicionado automático digital com controle de 4 zonas; e iluminação ambiente interna.

O lançamento conta com Driving Assistant Professional, que permite a direção inteligente em situações de congestionamentos, trânsito lento ou viagens longas; Parking Assistant Plus, sistema que mede os espaços para estacionar automaticamente por intermédio de câmeras e de sensores, realizando as manobras com máxima precisão, economia de tempo e conforto; BMW M Head-up display, que projeta no campo de visão do motorista todas as informações necessárias para o condutor não perder o foco no trânsito, como rotas do sistema de navegação e velocidade do veículo; e BMW Night Vision com reconhecimento de pedestres, capaz de identificar pedestres e animais com antecedência, auxiliando o condutor a ver objetos na pista em situações de pouca visibilidade.

Outras funcionalidades em destaque são o BMW Live Cockpit Professional, que oferece ao usuário informações e monitoramento da condução por intermédio de duas telas, sendo ambas de 12,3¨ com interfaces disponíveis para operação por meio de controle de voz; o sistema Surround View com câmera de ré e sensores de estacionamento dianteiros e traseiros e os faróis BMW Laserlight; o BMW M Laptimer, que melhora o estilo de direção e desempenho, seja nas ruas, nas estradas ou nas pistas de corrida, a partir do registro de desempenho de tempos de volta, condução atual ou distância percorrida; além do BMW Display Key, uma chave com tela touch colorida de LCD que disponibiliza informações do veículo, como localização, autonomia, serviços, reparos, entre outros. Por meio dela, é possível travar e destravar as portas do veículo, acender e apagar as luzes internas e levantar e abaixar os vidros laterais.

Mais dinamismo em conectividade

A nova versão acompanha BMW ConnectedDrive, assistente que fornece serviços ao motorista e ao passageiro em itens como: Chamada de Emergência Inteligente, BMW Teleservices, serviços ConnectedDrive (BMW Online, englobando portal de notícias, clima e aplicativos), serviços remotos com utilização das funcionalidades por meio do novo aplicativo My BMW - canal digital de relacionamento entre cliente, BMW e rede de concessionários, com uma série de facilidades, bem como uma experiência totalmente interativa -, preparação para Apple CarPlay e Android Auto, informações de trânsito em tempo real, Concierge, serviço de suporte e informações para o cliente 24 horas por dia e sete dias por semana, e ainda conta com o Drive Recorder, funcionalidade capaz de capturar vídeos em 360° ao redor do veículo por meio de quatro câmeras, permitindo a gravação tanto para entretenimento em viagens e em deslocamentos com paisagens, como também para ativação automática em caso de acidente.

Para completar a experiência em conectividade, o motorista pode contar com o Assistente Pessoal Inteligente BMW (Intelligent Personal Assistant), sistema testado e desenvolvido pelo time da engenharia da empresa no Brasil por meio de uma parceria com a equipe global, sediada na Alemanha, capaz de executar inúmeras funções no veículo ou explicar o funcionamento de equipamentos por comando de voz com a frase "Olá BMW", ou qualquer outra frase que for programada pelo motorista. Com esse comando, o sistema inteligente do carro pode aprender hábitos do motorista e adaptar suas funções, como por exemplo, abrir a janela quando o veículo se aproximar da cancela de entrada do estacionamento de um shopping. O modelo pode ainda se conectar com a Amazon Alexa e casas inteligentes (certas funcionalidades da Alexa dependem da tecnologia de casa inteligente), além de estar apto para receber atualizações remotas de software quando disponíveis.

O conforto da Digital Key, uma chave digital que substitui a chave física, permite trancar, destrancar e ligar o veículo por meio do celular e pode ser conferida na versão 2022 do do X6 M Competition. A configuração da chave digital pode ser feita por intermédio do aplicativo My BMW, e o proprietário pode criar chaves virtuais e compartilhá-las via iMessage com até cinco pessoas, inclusive no Apple Watch.

E, para aproveitar todas as possibilidades, o modelo acompanha o renomado sistema de som Bowers & Wilkins Diamond com amplificador de 10 canais totalmente ativos com 1508W distribuídos em 20 alto-falantes, tecnologia Quantum Logic Surround com equalizador de 7 bandas (Dynamic Sound Equalising) e três redes de crossover analógicos, que mantém uma qualidade de som constante e unissona em todos os assentos.

Uma das marcas registradas da linha M, o para-choque dianteiro exclusivo, reforça a potência e a atitude do SAC globalmente. O imponente veículo está disponível em oito cores Branco Alpino, Carbon Black, Preto Safira, Branco Mineral, Marina Bay Blue, Cinza Donington, Manhattan, Toronto Red, e diversas opções de revestimento interno para que o proprietário possa combinar como preferir. São elas: Couro Merino Cinza Adelaide/Preto, Couro Merino Silverstone/Preto, Couro Merino Sakhir/Preto, Couro Merino Preto/Preto e Couro Merino em Marrom/Preto.

Nacionais

Boxer Cargo para CNH categoria B

A Peugeot apresenta a nova versão do Boxer: Cargo, com preço sugerido de R$ 225.990. Com PBT (Peso Bruto Total) de 3.500 kg, a Boxer Cargo está apta a ser conduzida por motoristas habilitados com CNH Categoria B.

Com exatamente o mesmo conjunto mecânico da Boxer Furgão Carteira C, o novo Veículo Utilitário Leve (VUL) tem na versatilidade do uso uma de suas maiores forças. Para começar, a Boxer Cargo pode ser conduzida por motoristas habilitados com CNH Categoria B, uma vez que o PBT de 3.500 kg alinha o modelo como automóvel – e não como um veículo de carga mais pesado, como acontece com a Boxer Furgão. A Categoria B é a concedida para a imensa maioria dos motoristas. A categorização da Boxer Cargo como automóvel também a isenta de zonas de restrição de circulação de veículos pesados, cada vez mais comuns nos centros urbanos. Essas possibilidades permitem que, por exemplo, microempresários otimizem sua logística ao mesmo tempo que viabiliza a contratação de funcionários sem CNH de categorias superiores.

A nova Peugeot Boxer Cargo conta com a mesma arquitetura moderna e funcional, desenvolvida para promover maior facilidade, agilidade e proporcionar maior rentabilidade durante seu uso no dia a dia. A distância entre caixas de roda de 1.422 mm e a largura interior máxima de 1.870 mm asseguram uma ampla diversidade e versatilidade de utilização de cargas. A porta lateral deslizante conta com 1.562 mm e garante acesso fácil ao compartimento de carga e a colocação de materiais até mesma com a utilização de empilhadeiras. As portas traseiras têm abertura de até 270º, característica que possibilita uma movimentação tranquila ao redor do veículo.

A ergonomia é outro destaque, totalmente pensada a serviço da utilização profissional do habitáculo. O conforto e ergonomia dos assentos, tanto para os passageiros, quanto para o motorista foi desenvolvido para garantir o máximo de conforto e menor desgaste ao condutor e passageiros. Os assentos são equipados com encostos para cabeça removíveis e reguláveis em altura, assim como um apoio de braço, e, para o banco do condutor, regulagem específica para a lombar.

Para a posição do condutor, o painel elevado traz maior conforto e praticidade e deixa todos os comandos, alertas e indicadores em uma posição de fácil visualização e acesso. O motorista ainda encontrará um descanso de braço do seu lado direito, equipamento que ajuda a minimizar o desgaste gerado pelas longas jornadas no trânsito intenso.

A versão dispõe de 10 porta objetos instalados por toda a cabine, com destaque para o porta-luvas fechado com chave. Há também um segundo porta-luvas sem chave, além dos porta-objetos situados no console central e nas portas. Há ainda um avantajado espaço, com capacidade para até 22 litros de volume útil, na parte superior da cabine. Ele está estrategicamente localizado e privilegia a discrição em relação a quem está do lado de fora do veículo, primando pela segurança das cargas condicionadas no local.

O painel conta com duas tomadas ao centro, uma de 12V e outra USB, além de botões de travamento de portas independentes, ar-condicionado e ventilação. Acima, o veículo oferece uma presilha que permite transformar o console do furgão em uma prática escrivaninha, que se mantém sempre ao alcance dos olhos e das mãos do motorista.

Mecânica aprovada

Tecnicamente, a nova Boxer Car go é rigorosamente igual à versão Furgão, o que quer dizer que os atributos que levaram esta última ao incontestável sucesso no segmento de VULs foram mantidos. O motor 2.0 Turbo Diesel BlueHDi de 130 cv e 34,7 kgfm é um sinônimo de robustez, confiabilidade e, por consequência, de baixo custo de manutenção. Econômico, trabalha atrelado a uma caixa de câmbio manual de seis marchas de funcionamento suave e igualmente confiável. Na prática, o conjunto motor/câmbio atende às exigências com total desenvoltura, não importando o que se transporte no compartimento de carga com volume de 13m³.

A suspensão dianteira independente é tipo Pseudo McPherson, com molas helicoidais, amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora, enquanto a traseira é composta por um eixo rígido com molas semielípticas e amortecedores hidráulicos - tem acerto primoroso e garante estabilidade sem comprometer o conforto de rodagem e a segurança para os ocupantes e até para as cargas mais frágeis, não importando a condição de rodagem: vazio ou carregado..

Os freios são igualmente bem calibrados. Com discos ventilados na dianteira e sólidos na traseira, a nova Boxer Cargo entrega segurança mesmo transportando os seus 1.311 kg de carga máxima.

A nova versão, assim como em toda a linhas Boxer, se destaca dos concorrentes por ser um veículo completo nos quesitos de tecnologia e itens de série presentes como ar-condicionado; assistência de partida em rampa; duplo airbag (inclusive para o passageiro); ESP (Controle de Estabilidade); abertura 270º da porta traseira e retrovisores elétricos, computador de bordo e GSI (indicador de troca de marchas), faróis com regulagem de altura de facho; vidros e travas elétricas, porta luvas refrigerado, travamento seletivo do compartimento de carga, banco do motorista e volante com regulagem.

Hyundai vai sortear três HB20

A Hyundai Motor Brasil, em parceria com a Shell Lubrificantes, lança a promoção "Inverno da Sorte", que vai sortear três HB20 Sense zero-quilômetro para os clientes que realizarem revisões periódicas, com troca de óleo Shell, nas concessionárias participantes em todo o País. A ação promocional é válida até 31 de outubro, e o sorteio dos veículos será realizado pela Loteria Federal em 10 de novembro.

Além de concorrer aos carros, aqueles que fizerem a manutenção programada no período da promoção terão direito a um crédito de R$ 15 no cartão Shell Box (para abastecimentos a partir de R$ 80) e poderão ganhar um vale-combustível de R$ 100. No total, serão sorteados 600 vouchers entre os meses de agosto e novembro.

O número de cupons para cada cliente varia conforme a quantidade de revisões realizadas. Quem fizer a primeira, recebe um cupom. Para quem já estiver na segunda revisão, são dois cupons, e assim por diante. A partir daí os clientes deverão acessar o site da promoção e realizar o cadastro. Mais informações sobre a promoção, a lista de concessionárias participantes e o regulamento podem ser encontrados no site www.invernodasortehyundai.com.br.

Hyundai HB20 Sense

O veículo sorteado na promoção, o HB20 Sense, tem preço nacional sugerido entre em R$ 59.890 e R$ 61.890. O hatch compacto da Hyundai é equipado com motor 1.0 aspirado e sistema e-start, que dispensa o tanque auxiliar de gasolina para partida a frio. Além disso, conta com quatro airbags, sendo dois dianteiros e dois laterais, e controles de estabilidade e de tração como itens de série.

O modelo tem também direção elétrica progressiva, ar-condicionado, vidros elétricos dianteiros, computador de bordo, rádio Bluetooth com comandos de áudio no volante, apoios de cabeça e cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, e fixação ISOFIX com top tether.

Proteção contra a Covid-19

Para oferecer maior proteção contra a Covid-19 durante as visitas às concessionárias, todas as lojas seguem rigorosamente as medidas de distanciamento e higienização. A Hyundai conta ainda com o Hyundai Protege, serviço de sanitização que pode incluir até mesmo o emprego de ozônio para a limpeza dos veículos antes da entrega ao cliente.

Motos

Honda CRF 1100L Africa Twin

As Honda CRF 1100L Africa Twin 2022 repetem no mercado nacional a receptividade mundial do modelo, que mesmo tendo recebido importantes mudanças tecnológicas e no design, se manteve fiel ao espírito "True Adventure", que fez delas motos singulares na categoria Adventure, capazes de oferecer conforto em viagens de qualquer tipo como também encarar

Um importante diferencial da nova geração das Honda CRF 1100L Africa Twin é a oferta de versões dotadas do exclusivo câmbio DCT - Dual Clutch Transmission - que já equipa a scooter X-ADV e as Grã Turismo GL 1800 GoldWing -, no Brasil, que se junta às versões com câmbio convencional de seis velocidades.

O preço público sugerido das diferentes versões, assim como as opções de cores são as seguintes:

Honda CRF 1100L Africa Twin (preto fosco ou vermelho): R$ 70.490

Honda CRF 1100L Africa Twin Adventure Sports ES (branca): R$ 90.490

Honda CRF 1100L Africa Twin DCT (vermelho): R$ 76.804

Honda CRF 1100L Africa Twin Adventure Sports ES DCT (branca): R$ 96.626

Os preços têm como base o Distrito Federal e não incluem despesas de frete e seguro. A garantia é de 3 anos sem limite de quilometragem.

Acessórios Genuínos Honda - A CRF 1100L Africa Twin 2022 teve sua gama de acessórios exclusivos ampliada. São itens exclusivos vendidos individualmente ou quatro pacotes - Luggage, Luggage Plus, Protection e Comfort - destinados a equipar sua Africa Twin de acordo com a necessidade de cada tipo de aventura. Também estão disponíveis equipamentos específicos para o motociclista, uma verdadeira grife Africa Twin com jaquetas, calça com proteções, camisetas e muito mais.

Honda Assistance - Além da garantia de 3 anos sem limite de quilometragem, as CRF 1100L Africa Twin contam com o Honda Assistance, um serviço gratuito que funciona 24 horas por dia, válido durante os três anos de garantia, e que em situações imprevistas oferece socorro e transporte da motocicleta, estadias para duas pessoas, auxilio transporte para retorno ou continuidade da viagem e mais um extenso rol de serviços destinados a oferecer total apoio em situações emergenciais.

Banco Honda - Através do sistema financeiro direto da fábrica e do plano Evolution que garante a recompra da motocicleta seminova, a Honda oferece aos seus clientes uma diversidade de serviços para facilitar a compra de sua Honda 0km. As opções são o financiamento bancário ou consórcio nacional Honda. No financiamento bancário o cliente pode inclusive agregar ao custo total até 15% do valor de sua motocicleta em acessórios. Outro diferencial é o Seguro Nacional Honda, no qual a Honda CRF 1100L Africa Twin terá descontos especiais para os clientes, uma facilidade exclusiva das concessionárias Honda.

Soifer Participações Societárias S.A.

C.N.P.J: 78.585.049/0001-40

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	254.641	120.379	286.146	146.776
Contas a receber	6	323	316	15.215	18.202
Estoques	-	-	-	1.705	1.449
Impostos a recuperar	-	615	1.870	1.038	1.963
Outras contas a receber	-	1.200	8.154	13.146	13.467
Instrumentos financeiros	7	-	304.622	-	304.622
Total do ativo circulante		**256.779**	**435.341**	**317.250**	**486.479**
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	-	-	1.580	7.007
Outras contas a receber	-	1.663	681	4.286	6.080
Depósitos judiciais	13	140	140	2.842	263
Conta garantia	8	25.392	27.995	25.392	27.995
Investimentos	9	1.116.651	1.174.922	604.062	623.230
Propriedades para investimentos	10	-	-	513.055	588.234
Imobilizado	-	5.240	5.295	21.191	19.077
Intangível	-	-	-	516	841
Total do ativo não circulante		**1.149.086**	**1.209.033**	**1.172.924**	**1.272.727**
Total do ativo		**1.405.865**	**1.644.374**	**1.490.174**	**1.759.206**

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo circulante					
Fornecedores	-	97	62	2.850	3.774
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	-	1.862	2.208
Impostos a recolher	-	383	147	2.441	3.074
Partes relacionadas	11	3.000	3.000	3.000	3.000
Dividendos a pagar	14.g	21.802	16.970	21.802	16.970
Outras contas a pagar	12	106	151	6.495	2.925
Receita diferida "res-sperata"	-	-	-	640	658
Total do passivo circulante		**25.388**	**20.330**	**39.090**	**32.609**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	468	-
Impostos diferidos	16	-	96.824	62.301	185.857
Receita diferida "res-sperata"	-	-	-	2.811	3.374
Provisões para contingências	13	25.392	27.995	29.744	30.685
Partes relacionadas	11	-	-	167	-
Outras contas a pagar	12	-	-	-	2.844
Total do passivo não circulante		**25.392**	**124.819**	**95.491**	**222.760**
Patrimônio líquido	**14**				
Capital social		317.082	317.082	317.082	317.082
Reserva de reavaliação		1.095	1.095	1.095	1.095
Reservas de lucros		1.036.908	1.181.048	1.036.908	1.181.048
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		**1.355.085**	**1.499.225**	**1.355.085**	**1.499.225**
Participação dos acionistas não controladores		-	-	508	4.612
Total do patrimônio líquido		**1.355.085**	**1.499.225**	**1.355.593**	**1.503.837**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.405.865**	**1.644.374**	**1.490.174**	**1.759.206**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

		Reservas de capital				Reservas de lucros						
	Notas	Capital Social realizado	Reserva especial de IPC	Reserva de ágil em controladas	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação em controladas	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**317.082**	**505**	**-**	**30.629**	**4.905**	**46.111**	**810.908**	**-**	**-**	**1.210.140**	**2.655**	**1.212.795**
Realização de reserva de reavaliação	14.d-e	-	-	-	(30.629)	(4.905)	-	(159.739)	195.273	-	-	-	-
Constituição de reserva de ágio de controlada		-	-	590	-	-	-	-	-	-	590	-	590
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	318.008	318.008	5.153	323.161
Destinação do lucro do exercício:													
Constituição da reserva legal	14.b	-	-	-	-	-	15.900	-	-	(15.900)	-	-	-
Distribuição de dividendos - já pagos no exercício	14.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.543)	(12.543)	(3.196)	(15.739)
Distribuição de dividendos - complemento do mínimo obrigatório	14.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.970)	(16.970)	-	(16.970)
Constituição de reserva de lucros a realizar	14.f	-	-	-	-	-	-	-	184.056	(184.056)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	14.c-g	-	-	-	-	-	-	88.539	-	(88.539)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**14**	**317.082**	**505**	**590**	**-**	**-**	**62.011**	**739.708**	**379.329**	**-**	**1.499.225**	**4.612**	**1.503.837**
Distribuição de dividendos - já pagos no exercício	14.c	-	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	(84.000)	(4.098)	(88.098)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(40.503)	(40.503)	(6)	(40.509)
Destinação do lucro do exercício:													
Realização de Reserva de lucros a realizar	14.f	-	-	-	-	-	-	-	(119.051)	119.051	-	-	-
Distribuição de dividendos - mínimo obrigatório	14.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.637)	(19.637)	-	(19.637)
Constituição de reserva de retenção de lucros	14.c-g	-	-	-	-	-	-	58.911	-	(58.911)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**14**	**317.082**	**505**	**590**	**-**	**-**	**62.011**	**714.619**	**260.278**	**-**	**1.355.085**	**508**	**1.355.593**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida	**15.1**	**-**	**930**	**32.972**	**68.472**
Custo dos serviços prestados	15.2	-	-	(2.753)	(708)
Lucro bruto		**-**	**930**	**30.219**	**67.764**
Despesas gerais e administrativas	15.2	(3.287)	(913)	(20.010)	(25.807)
Outras despesas/receitas operacionais	15.3	(20.813)	4.746	(20.789)	1.508
Resultado de valor justo de propriedades para investimentos	10	-	-	(77.073)	149.288
Resultado de equivalência patrimonial	9	(47.738)	243.908	(5.508)	123.415
Despesas operacionais		**(71.838)**	**247.741**	**(123.380)**	**248.404**
Resultado operacional		**(71.838)**	**248.671**	**(93.161)**	**316.168**
Receitas financeiras	15.4	34.920	104.096	36.203	105.889
Despesas financeiras	15.4	(1.333)	(1)	(4.044)	(3.959)
Resultado financeiro		**33.587**	**104.095**	**32.159**	**101.930**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(38.251)**	**352.766**	**(61.002)**	**418.098**
Impostos correntes	16	(99.076)	(1.528)	(103.063)	(6.615)
impostos diferidos	16	96.824	(33.230)	123.556	(88.322)
Lucro(prejuízo) líquido do exercício		**(40.503)**	**318.008**	**(40.509)**	**323.161**
Lucro atribuído a:					
Resultado dos acionistas controladores		(40.503)	318.008	(40.503)	318.008
Resultado dos acionistas não controladores		-	-	(6)	5.153
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(40.503)**	**318.008**	**(40.509)**	**323.161**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(40.503)**	**318.008**	**(40.509)**	**323.161**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(40.503)**	**318.008**	**(40.509)**	**323.161**
Controladores	(40.503)	318.008	(40.503)	318.008
Não controladores	-	-	(6)	5.153

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(38.251)	352.766	(61.002)	418.098
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	62	60	454	607
Provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa	-	-	1.285	1.807
Resultado de valor justo de instrumentos financeiros	(27.288)	(97.734)	(27.288)	(97.734)
Provisão para contingências	(2.603)	-	(941)	1.062
Equivalência patrimonial	47.738	(243.908)	5.508	(123.415)
Resultado valor justo de propriedades para investimento	-	-	77.073	(149.288)
	(20.342)	11.184	(4.911)	51.137
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(7)	151	7.129	(5.408)
Estoques	-	-	(256)	(28)
Impostos a recuperar	1.255	(71)	925	55
Outros ativos	8.575	(8.878)	2.139	(1.372)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	35	(837)	(924)	(937)
Partes relacionadas	-	-	167	(346)
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	(346)	299
Obrigações tributárias	(98.840)	(1.554)	(103.696)	(5.421)
Outros passivos	(14.850)	3.151	(14.660)	4.940
Recursos líquidos gerados (aplicados)nas atividades operacionais	**(124.174)**	**3.146**	**(114.433)**	**42.919**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de venda de instrumento financeiro	331.910	-	331.910	-
Aquisição de ativo imobilizado	(7)	(7)	(2.459)	(5.340)
Aquisição de ativo intangível	-	-	216	(50)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(1.894)	(5.439)
Investimentos em coligadas	(13.039)	(8.004)	(5.012)	1.973
Distribuição de lucros de controladas	23.572	35.882	18.072	33.588
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	**342.436**	**27.871**	**341.433**	**24.732**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	468	(14.430)
Constituição de reserva de ágio	-	590	-	590
Pagamento de dividendos	(84.000)	(12.543)	(88.098)	(15.739)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	**(84.000)**	**(11.953)**	**(87.630)**	**(29.579)**
Aumento no caixa e equivalentes	**134.262**	**19.064**	**139.370**	**38.072**
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	120.379	101.315	146.776	108.704
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	254.641	120.379	286.146	146.776
Aumentono caixa e equivalentes	**134.262**	**19.064**	**139.370**	**38.072**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A Soifer Participações Societárias S.A. é uma sociedade anônima localizada na Avenida do Batel, 1868 (Andar L2 - Administrativo) na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia foi constituída em 1965.

A Companhia tem como atividade preponderante a incorporação, participação em outras Companhias, exploração de centros comerciais, esportivos e estacionamentos de automóveis, administração e assessoria técnica empresarial financeira, serviços de inspeção veicular e serviços de reciclagem.

Efeitos da pandemia COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente denominado como novo coronavírus "Covid-19", foi relatado na China. Com crescimento exponencial de casos de contaminação pelo Covid-19 em diversos países no mundo, a Organização Mundial de Saúde classificou aCovid-19, como uma pandemia e uma emergência de saúde pública de interesse internacional.

As medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo território nacional como forma de conter a disseminação da Covid-19 diminuíram de forma relevante a circulação de pessoas. Essa redução de circularização teve impacto relevante na operação desde o início da pandemia, resultando em queda significativa do volume de veículos estacionados em nossa operação.

Em decorrência dos impactos da disseminação da Covid-19, as controladas Pátio Batel Shopping e Shopping São José apresentaram redução na receita.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão pela Administração em 19 de julho de 2021.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa no 4.

2.3. Base de consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

i) Controladas

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle,deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo, exceto o Pátio Batel Shopping Ltda. que registra suas propriedades para investimentos à custo.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidado são feitosos ajustes para unificação da prática contábil, conforme estabelecido pelo CPC 18 (R2), parágrafos 30 e 36.

ii)Aquisições de entidades sob controle em comum

Combinações de negócios oriundas de transferências de participações em entidades que estejam sob o controle do acionista que controla o Grupo são contabilizadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. Os ativos e passivos adquiridos são reconhecidos pelos valores contábeis reconhecidos anteriormente nas demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador do Grupo. O patrimônio líquido das entidades adquiridas e qualquer contraprestação paga pela aquisição são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do Grupo.

iii)Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas, registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Empresa investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis das suas controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto, conforme demonstrado a seguir:

	Participação no capital 31/12/2020	Participação no capital 31/12/2019
Controladas diretas		
Pátio Batel Shopping Ltda.	100,00%	100,00%
Shopping São José Ltda.	99,98%	99,98%
Agropecuária Pinheiros Ltda.	99,98%	99,98%
Estacionamento Batel Shopping	0,00%	44,17%
Contemporâneo Incorporações Imobiliárias Ltda.	97,00%	97,00%
Coligadas		
Combrashop - Cia brasileira de Shopping Centers S.A.	43,38%	43,38%
Soul Parques S.A.	27,50%	27,50%
CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos	33,33%	33,33%
Eco Jordão S.A.	15,00%	15,00%
Cataratas do Iguaçu S.A.	7,37%	7,11%

Os objetivos sociais das empresas controladas diretas e controladas em conjunto estão apresentados a seguir:

Controladas diretas:

• Pátio Batel Shopping Ltda.

A Companhia tem por objeto social incorporação, exploração e administração de centros comerciais, esportivos e de estacionamento de automóveis, a compra e a venda e administração de bens imóveis próprios, bem como serviços de inspeção veicular. No decorrer do exercício de 2009 teve início a construção do empreendimento denominado "Shopping Pátio Batel", centro comercial localizado no bairro Batel em Curitiba-PR, inaugurado em setembro de 2013.

• Shopping São José Ltda.

A Companhia tem por objeto social a locação de lojas em estabelecimento denominado Shopping Center, exploração de estacionamento de automóveis, operação de salas de cinemas, venda de produtos correlacionados a bomboniere e, participação societária em outras Companhias.

• Estacionamento Batel Shopping Ltda.

O Estacionamento Batel Shopping Ltda. foi constituído em 02 de janeiro de 2007 e tem por objeto social a administração de centros comerciais, administração e exploração da atividade de estacionamento de automóveis. Atualmente, a atividade da Empresa é exclusivamente administrar os estacionamentos do Shopping Center Pátio Batel.

Em 2020,este investimento foi transferido por venda para outras pessoas jurídicas.

• Agropecuária Pinheiros Ltda.

A Companhia tem por objetivo social a produção agrícola e pecuária, criação de equinos e a consequente extração vegetal e animal.

• Contemporâneo Incorporações Imobiliárias Ltda.

A Companhia tem por objetivo social incorporação de empreendimentos imobiliários e compra e venda de imóveis próprios.

Coligadas:

• COMBRASHOP - Cia. Brasileira de Shopping Centers S.A.

Tem por objeto social a incorporação, exploração e administração e assessoria técnica empresarial e financeira e participação em outras Companhias, a edição por terceiros de jornais, revistas e outros periódicos informativos relacionados às atividades da Companhia.

• Soul Parques S.A

Tem por objetivo social serviços de reservas e outros serviços de turismo.

• CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos

Tem por objetivo social o tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.

• Eco Jordão S.A.

Tem por objetivo social a administração de parques de diversão e parques temáticos.

• Cataratas do Iguaçu S.A.

Companhia atuana gestão e operação das experiências em parques e atrações turísticas no Brasil. Possui seis parques naturais e atrações gerenciados, proporcionando visitações de melhor qualidade

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis anuais estão definidas abaixo:

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a sua moeda de apresentação.

3.2. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Locação de lojas: os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. O Grupo registra suas operações com locação de lojas como arrendamentos mercantis operacionais. O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação doGrupo em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independentemente da forma de recebimento. O Grupo possui sazonalidade em suas operações. Historicamente, datas festivas e feriados, tais como Natal, Dia das Mães, entre outros acarretam impacto positivo nas vendas dos shopping centers

Cessão de direitos (Res-sperata): os contratos de cessão de direitos (luvas ou cessão de estrutura técnica dos shopping centers) são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento de sua assinatura. O resultado com cessão de direitos, incluindo as receitas de cessão de direitos e as luvas invertidas (aporte de recursos dado pelo empreendedor ao lojista a título de incentivo para sua entrada no shopping) e despesas de corretagem, são reconhecidos de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das lojas a que se referem, a partir do início da locação.

Receitas de estacionamento: são as receitas dos serviços de estacionamento prestados pelo Shopping aos lojistas e visitantes. A Administração do estacionamento fica a cargo de empresa terceirizada. Essas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência e demonstradas líquidas dos repasses aos shopping centers.

Serviços: refere-se à receita com a prestação de serviços de corretagem e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial ("merchandising"), receita com a prestação de serviços especializados de corretagem e assessoria de negócios imobiliários em geral, receita com a administração de obras e receita com a administração de shopping centers. Essas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4. Contas a receber

São apresentadas ao valor presente e de realização e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a possível provisão decorrente de teste de recuperabilidade (perdas no recebimento de créditos), constituída em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cujo recebimento seja considerado duvidoso.

3.5. Ativo imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa de valor residual e da vida útil econômica dos respectivos componentes. O Grupo tem por política realizar a revisão anual das estimativas de vida útil e de valores residuais.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis:

Natureza	Vida útil em anos
Móveis e utensílios	9 a 20 anos
Equipamentos	18 anos
Veículos	5 anos

Continua...

Mais 13 municípios batem recorde de temperaturas baixas neste ano no Paraná

O frio intenso segue presente e com temperaturas baixas em diversas cidades do Paraná. Na madrugada da sexta-feira (30), 13 municípios localizados nas regiões metropolitana de Curitiba, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Sul, Norte e Litoral apresentaram recordes de temperaturas mínimas para o ano. Ao todo, as estações do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar) registraram temperaturas negativas em 29 localidades. General Carneiro apresentou mínima de -7,3°C, a mais baixa do Estado.

O declínio das temperaturas é resultado de uma massa de ar polar que avançou pelo Paraná entre segunda e terça-feira (26 e 27), que deve mantê-las baixas até o fim de semana. "A diferença de resfriamento em relação aos outros dias desta semana é que na sexta-feira houve pouco vento, então a sensação térmica está muito mais próxima ou condizente com os valores apresentados pelos termômetros", explicou Lizandro Jacóbsen, meteorologista do Simepar.

As estações do Simepar apontaram nesta semana recordes de temperaturas mínimas em 2021 nos municípios de Altônia (1,1°C), Antonina (2,8°C), Baixo Iguaçu (-1,7°C), Cerro Azul (-2,5°C), Cornélio Procópio (2,0°C), Foz do Iguaçu (-1,8°C), Guaíra (-0,9°C), Guaratuba (5,0°C), Lapa (-3,6°C), Paranaguá (5,5°C), Pinhais (-2,7°C), Santa Helena (-2,3°C) e União da Vitória (-3,9°C).

"Com essas temperaturas tão baixas é quase que inevitável que a geada apareça em muitos municípios paranaenses no amanhecer, até mesmo no extremo Norte ou em parte da faixa litorânea do Estado", disse Jacóbsen.

Também foram registradas temperaturas abaixo de zero em Assis Chateaubriand (-1,1°C), Cambará (-0,5°C), Campo Mourão (-2,7°C), Capanema (-1,7°C), Clevelândia (-1,6°C), Colombo (-3,1°C), Francisco Beltrão (-0,7°C), Guarapuava (-4,3°C), Inácio Martins (-3,7°C), Irati (-1,7°C), Jaguariaíva (-1,1°C), Laranjeiras do Sul (-0,6°C), Marechal Cândido Rondon (-1,9°C), Palmas (-2,9°C), Palotina (-3,3°C), Pinhão (-3,7°C), Ponta Grossa (-3,3°C), Telêmaco Borba (-1,7°C) e Toledo (-3,8°C).

Curitiba registrou mínima de -0,6° C nas primeiras horas do dia, mas a sensação térmica chegou a 0°C. O frio desta sexta-feira na Capital ficou bem perto daquele de quinta-feira (29), a temperatura mais baixa do ano, de -0,8ºC.

Para o final de semana, de acordo com o Simepar, ocorrerá uma grande amplitude térmica entre sábado e domingo. O Paraná deverá apresentar temperaturas baixas ao amanhecer, mas com tardes ensolaradas e mais quentes. (AENPR)

Jornal O DIA

...Continuação.

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Redução do valor recuperável dos demais ativos (teste de "*impairment*")

Anualmente, a administração revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável,

é constituída provisão para deterioração, reconhecida no resultado do período, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para tanto, o Grupo definiu como unidades geradoras de caixa, cada uma de suas plantas industriais e adota como base para determinar o valor recuperável do ativo o valor justo, líquido de despesas de venda, partindo da premissa de existência de um mercado ativo.

3.6. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação.

O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

O montante a ser incluído na demonstração do resultado deve ser determinado de acordo com os requisitos para determinação do preço de transação no CPC 47.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contraídos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.8. Impostos e contribuições

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e CSLL, sendo o tributo corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado),

às alíquotas vigentes nas datas das demonstrações contábeis, sendo elas: **(i)** IRPJ - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 ao ano); **(ii)** CSLL -calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados acaso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se refiram a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Companhia empresária sujeita a esta tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

b) Impostos sobre aluguel

As receitas de aluguel estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% e 0,65
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - 7,6% e 3%;
- Imposto sobre serviços (ISS) - 5%.

3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são constituídos para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. São revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis.

3.10.Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i)Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios doGrupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios doGrupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros doGrupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.11. Estimativas contábeis e incertezas

As demonstrações contábeis incluem a utilização de estimativas que levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; realização dos tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais;
- Interpretação de regulamentos tributários complexos, dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes; e
- Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios envolvendo processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data das demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3.12. Novas normas e práticas contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1o de janeiro de 2020 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. A Administração avaliará no ano de 2021 os possíveis impactos, caso aplicável a Sociedade.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Provisões para litígios - tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis,

as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

5. Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Caixas	1	1	7	78
Bancos	313	105	2.499	2.586
Aplicações financeiras	254.327	120.273	283.640	144.112
Total	**254.641**	**120.379**	**286.146**	**146.776**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas, substancialmente, a 97% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário).

6. Contas a receber

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Projeto reciclagem	323	316	323	316
Aluguel mínimo mensal	-	-	12.131	9.567
Res sperata	-	-	1.306	3.366
Rateio de despesas	-	-	2.868	2.632
Despesa comum	-	-	5.467	5.377
Fundo de promoção	-	-	1.665	1.930
Outros	-	-	578	8.279
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.543)	(6.258)
Total	**323**	**316**	**16.795**	**25.209**
Ativo circulante	323	316	15.215	18.202
Ativo não circulante	**-**	**-**	**1.580**	**7.007**

A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa foi analisada e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos seus créditos.

A movimentação do saldo das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Saldo no início do exercício	**(6.258)**	**(4.451)**
Constituição	(1.285)	(1.807)
Saldo no encerramento do exercício	**(7.543)**	**(6.258)**

7. Instrumentos financeiros

Em 2018 foi assinado um contrato de venda da participação que a Soifer Participações Societárias S.A. (aqui denominada "Soifer") detinha sobre a TCP- Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A ("TCP").

O acordo celebrado alterou o contrato SPA (Sales Purchase Agreement) do dia 04 de setembro de 2017 firmado com a Kong Rise Development Limited (Comprador) e China Merchants Port Holdings Company Limited (Garantidora da Compra). No início de 2018, a Soifer detinha 24% de participação na TCP, em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia negociou sua participação com a investidora estrangeira Kong Rise Development. Sendo assim, 17,94% foram vendidos, mediante contrato de compra e venda, nesta data por R$ 545.199, menos despesas e impostos retidos de R$ 5.410, e conta garantia de R$ 27.995.

A conta garantia refere-se ao valor retido pela compradora com base em cálculo acordado entre as partes, definindo este montante pela responsabilidade da Soifer como ex-sócia da TCP por litígios em abertos que se referem ao período em que a Soifer fazia parte do quadro societário da TCP. Sendo assim, foi acordado a retenção da quantia de R$ 27.995 que permanecerá em nome da Soifer em conta de aplicação financeira de renda fixa com baixíssimo risco, e em banco de primeira linha (Nota Explicativa no8).

Ainda, em 28 de fevereiro de 2018, o restante da participação da Soifer na TCP (6,06%) também foi negociado, porém para venda futura, em até 2 anos, com suporte em um contrato de Put Options (opções de venda), dado este fato, no entendimento da Administração o investimento sobre a TCP se extinguiu, não tendo mais um investimento em coligada valorizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo que este daria lugar a um instrumento financeiro, que são as opções de venda. Sendo assim, a Companhia reclassificou o residual da participação da conta de investimentos para instrumento financeiro e em 30 de junho de 2018, com base em um laudo de valor justo contratado por assessoria especializada, valorizou este ativo ao valor justo, com base na interpretação do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Tal procedimento valorizou o ativo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 304.622 (R$ 206.888 em 2018), gerando uma receita financeira em 2019 de R$ 97.734 (R$ 187.042 em 2018).Em 2019, o instrumento financeiro foi reclassificado para o ativo circulante devido sua realização no exercício de 2020.

Em março de 2020 essa opção de venda se concretizou, e a Soifer vendeu sua participação residual na TCP pelo valor de R$ 331.910 mil, que foi integralmente recebido nos meses de março e abril de 2020, gerando uma receita financeira de R$ 27.288 no exercício.

8. Conta garantia

O saldo de conta garantia de R$ 25.392 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 27.995 em 31 de dezembrode 2019), referente a litígios da Cia TCP Participações S/A, que foram deduzidos do valor recebido pela venda e depositados em conta bancária controlada pela compradora Kong Rise Development Limited com a finalidade de cobrir eventuais despesas com contingências existentes antes da data da compra e venda, atribuindo participação aos antigos acionistas. Sendo assim tal valor caracteriza-se como uma conta garantia *(escrow account)*, que nos termos do contrato de compra e venda deverá ser devolvido aos antigos acionistas da TCP, caso tais contingências não se materializem.

Com base na natureza do saldo entendemos a necessidade de uma provisão contábil para este saldo (Nota Explicativa no13), visto a incerteza de recuperabilidade uma vez que depende de litígios que não estão sob o acompanhamento da Administração.

Em 2020 houve redução de R$ 2.603 referente às despesas de litígios efetivamente ocorridas, que foram reduzidas da provisão de contingências.

9. Investimentos

	Participação no capital social 2020	Participação no capital social 2019	Caital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Investimento 2020	Investimento 2019	Equivalência patrimonial 2020	Equivalência patrimonial 2019
Investimento em controladas									
Pátio Batel Shopping Ltda.	100,00%	100,00%	314.828	339.282(i)	(43.745)(i)	339.278	383.022	(43.745)	64.603
Shopping São José Ltda.	99,98%	99,98%	65.614	160.159(i)	2.973(i)	160.133	156.611	2.973	54.268
Agropecuária Pinheiros	99,98%	99,98%	12.573	2.703	(1.275)	2.703	2.973	(1.275)	(796)
Contemporâneo Inc. Imob. Ltda.	97,00%	97,00%	10.000	15.953	(189)	15.455	6.026	(183)	(202)
Estacionamento Batel Shopping	0,00%	44,17%	-	-	-	-	3.060	161	3.341
Investimento em coligadas									
Combrashop	43,38%	43,38%	382.617	1.343.527	(7.857)	582.876	604.441	(3.409)	123.665
Cataratas do Iguaçu	7,37%	7,11%	94.943	172.301	(17.601)	12.354	13.998	(1.128)	2.150
CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos	33,33%	33,33%	3.694	4.944	(15)	1.648	1.653	(5)	(168)
Eco Jordão S.A.	15,00%	15,00%	12.330	10.035	(1.769)	1.505	505	(272)	-
Soul Parques S.A.	27,50%	27,50%	4.105	(2.150)	(3.402)	(591)	50	(936)	-
Outros investimentos						1.290	2.583	81	(2.953)
Total - controladora						**1.116.651**	**1.174.922**	**(47.738)**	**243.908**

(i)O saldo apresentado de Patrimônio líquido e resultado do exercício incluiu os ajustes de práticas contábeis.

a) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Participação 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019	Aumento (redução) de Capital	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros	Participação 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020
Pátio Batel Shopping Ltda.	100,00%	383.022	-	-	(43.745)	-	1	100,00%	339.278
Shopping São José Ltda.	99,98%	156.611	-	2.962	2.973	(2.500)	87	99,98%	160.133
Agropecuária Pinheiros	99,98%	2.973	45	960	(1.275)	-	-	99,98%	2.703
Contemporâneo Inc. Imob.. Ltda.	97,00%	6.026	3.473	6.160	(183)	-	(21)	97,00%	15.455
Estacionamento Batel Shopping	44,17%	3.060	(441)	-	161	(2.400)	(380)	0,00%	-
Combrashop	43,38%	604.441	-	-	(3.409)	(18.156)	-	43,38%	582.876
Cataratas do Iguaçu	7,11%	13.998	-	-	(1.128)	(516)	-	7,37%	12.354
CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos	33,33%	1.653	-	-	(5)	-	-	33,33%	1.648
Eco Jordão S.A.	15,00%	505	1.110	-	(272)	-	162	15,00%	1.505
Soul Parques S.A.	27,50%	50	294	-	(936)	-	1	27,50%	(591)
Outros investimentos	-	2.583	-	-	81	-	(1.374)	-	1.290
Total		**1.174.922**	**4.481**	**10.082**	**(47.738)**	**(23.572)**	**(1.524)**		**1.116.651**

	Participação 01/01/2018	Saldo em 31/12/2018 Reapresentado	Aumento (redução) de capital	Equivalencia patrimonial	Dividendos	Reserva de ágil	Outros	Participação 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019
Combrashop	43,38%	514.364	-	123.665	(33.588)	-	-	43,38%	604.441
Cataratas do Iguaçu	7,11%	12.206	-	2.150	-	-	(358)	7,11%	13.998
Pátio Batel Shopping Ltda.	99,97%	318.324	-	64.603	-	-	95	100,00%	383.022
Shopping São José Ltda.	99,98%	104.157	-	54.268	-	-	(1.814)	99,98%	156.611
Agropecuária Pinheiros	99,97%	2.289	1.485	(796)	-	-	(5)	99,97%	2.973
Estacionamento Batel Shopping	44,17%	2.075		3.341	(2.294)	-	(62)	44,17%	3.060
Contemporâneo Incorporações Imobiliárias Ltda.	0,00%	-	6.208	(202)	-	-	20	97,00%	6.026
CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos	0,00%	2.500	(1.269)	(168)	-	590	-	33,33%	1.653
Outros investimentos	-	2.977	826	(2.953)	-	-	2.288	-	3.138
Total		**958.892**	**7.250**	**243.908**	**(35.882)**	**590**	**164**		**1.174.922**

b) Movimentação dos investimentos - Consolidado

	Participação 31/12/2019	Investimento 31/12/2019	Aumento (redução)de Capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Reserva de ágio	Outros	Participação 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020
Combrashop	43,38%	604.441	-	(3.409)	(18.156)	-	-	43,38%	582.876
Cataratas do Iguaçu	7,11%	13.998	-	(1.128)	(516)	-	-	7,37%	12.354
CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos	33,33%	1.653	-	(5)	-	-	-	33,33%	1.648
Eco Jordão S.A.	15,00%	667	1.110	(272)	-	-	-	15,00%	1.505
Soul Parques S.A.	27,50%	50	294	(936)	-	-	1	27,50%	(591)
Outros investimentos	-	2.421	5.000	242	-	-	(1.393)	-	6.270
Total		**623.230**	**6.404**	**(5.508)**	**(18.672)**	**-**	**(1.392)**		**604.062**

	Participação 31/12/2018	Investimento 31/12/2018	Aumento (redução) de Capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Reserva. de ágil	Outros	Participação 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019
Combrashop	43,38%	514.364	-	123.665	(33.588)	-		43,38%	604.441
Cataratas do Iguaçu	7,11%	12.206	-	2.150	-	-	(358)	7,11%	13.998
CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos(i)	0,00%	2.500	(1.269)	(168)	-	590		33,33%	1.653
Outros investimentos	-	6.306	826	(2.232)	-	-	(1.762)	-	3.138
Total		**535.376**	**(443)**	**123.415**	**(33.588)**	**590**	**(2.120)**		**623.230**

(i) O valor da CPTR Cia Paranaense de Tratamento de Resíduos está apresentado em 2018 na linha de outros investimentos.

c)Resumo das informações de controladas e coligadas

31/12/2020

	Patio Batel Shopping Ltda.	Shopping São José Ltda.	Agropecuária Pinheiros Ltda.	Contemporâneo	Combrashop	Cataratas	CPTR	Eco Jordão	Soul Parques
Participação no capital social	100%	99,98%	99,98%	97,00%	43,38%	7,37%	33,33%	15,00%	27,50%
Total de ativos	**350.031**	**202.111**	**2.799**	**20.959**	**1.345.551**	**222.511**	**5.286**	**338.067**	**967**
Total de passivos	**32.367**	**4.309**	**96**	**5.005**	**2.024**	**50.210**	**342**	**328.032**	**3.117**
Receitas líquidas	24.172	8.397	(484)	-	484	39.933	-	5.136	-
Resultado do exercício	1.739	1.423	(1.275)	(189)	(7.857)	(17.601)	(15)	(1.769)	(3.402)
Capital social	314.828	65.614	12.573	10.000	382.617	94.943	3.694	12.330	4.105
Total do patrimônio líquido	**317.764**	**197.801**	**2.704**	**15.953**	**1.343.527**	**172.301**	**4.944**	**10.035**	**(2.150)**
Ajuste de consolidação (ii)	21.518	(37.642)	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido após ajustes de consolidação	**339.282**	**160.159**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado do exercício após ajustes de consolidação	**(43.745)**	**2.973**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

(ii) O ajuste de consolidação refere-se ao alinhamento das práticas contábeis entre o Pátio Batel Shopping Ltda. e o Grupo Soifer, uma vez que em 2019 e 2020 aquele registra suas propriedades para investimento ao valor do custo amortizado, enquanto a Soifer reconhece o valor justo (vide Nota Explicativa no 10) e entre o Shopping são José e o Grupo Soifer, uma vez que aquele não registra os impostos diferidos do ajuste a valor justo de suas propriedades para investimento. Desta forma, o Grupo Soifer baseado em laudo de avaliação de empresa especializada (vide Nota Explicativa no 10), reconhece este efeito no patrimônio líquido e resultado do período das investidas, e respectivos impostos diferidos, para fins de consolidação, conforme prevê CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas quanto à uniformização das políticas contábeis.

31/12/2019

	Patio Batel Shopping Ltda.	Shopping São José Ltda.	Agroecuária Pinheiros Ltda.	Estac. Batel Shop	Combrashop	Cataratas	Contemporâneo	CPTR
Participação no capital social	100%	99,98%	99,97%	44,17%	43,38%	7,11%	97,00%	33,33%
Total de ativos	**349.116**	**201.153**	**3.108**	**7.726**	**1.395.302**	**235.060**	**6.212**	**5.281**
Total de passivos	**33.091**	**6.869**	**134**	**799**	**2.068**	**38.189**	**-**	**322**
Receitas líquidas	36.660	13.561	87	5.432	493	116.837	-	-
Resultado do exercício	8.140	5.798	(796)	7.574	285.048	30.236	(208)	(0)
Capital social	324.047	65.614	12.528	1.000	382.617	94.943	6.420	3.694
Total do patrimônio líquido	**316.025**	**194.285**	**2.974**	**6.927**	**1.393.234**	**196.871**	**6.212**	**4.959**
Ajuste de consolidação (ii)	67.002	(37.643)	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido após ajustes de consolidação	**383.027**	**156.642**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado do exercício após ajustes de consolidação	**64.604**	**54.277**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

10. Propriedades para investimentos

O Grupo através das suas controladas Pátio Batel Shopping Ltda e Shopping São José Ltda. detém terrenos, edificações, equipamentos e instalações classificadas como propriedades para investimento.

Para avaliação a valor justo das propriedades de investimento foi contratada uma empresa especializada Ferrari Gestão de Ativos que avaliou os respectivos imóveis.

A avaliação das propriedades para investimento reflete o conceito de participantes de mercado (market participant). Assim, oGrupo desconsiderou para cálculo dos fluxos de caixa descontados impostos e contribuições e receitas e despesas decorrentes da prestação de serviços de administração e comercialização.

Através da metodologia do fluxo de caixa descontado, foi determinado que o valor justo do Shopping Pátio Batel é de R$ 323.135 (R$ 401.758 em 2019). Abaixo, demonstramos as taxas e descontos, crescimento real na perpetuidade, prazo do fluxo de caixa, vacância esperada, ABL (Área Bruta Locável) para 31 de dezembro de 2020 do Pátio Batel Shopping:

	2020
Taxa de desconto	10,40%
Taxa de crescimento real/perpetuidade	3,28%
Prazo do fluxo de caixa	5 anos
ABL - (m²)	28.919m²
ABL Vaga - (m²)	895m²

Continua...

Indústria em alta puxa recorde de empregos no Paraná no primeiro semestre

O melhor semestre na geração de empregos no Paraná desde de 2011 foi puxado pela indústria. O setor respondeu por 35.321 (30%) das 118.316 vagas formais abertas no Estado no primeiro semestre de 2021. Tiveram bom desempenho também as divisões de comércio (23.299), informação (23.290), construção (15.311) e administração pública (12.129). Os dados levam em consideração o saldo de carteiras assinadas no período, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na quinta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior atribui o bom desempenho a uma série de medidas adotadas pelo governo para impulsionar o setor econômico, bastante afetado pela crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19. Ele ressaltou que desde o começo da gestão, em 2019, foram confirmados mais de R$ 45 bilhões de investimentos privados no Estado. Muitos deles, citou, na instalação de novas plantas no Estado, como a Tirol em Ipiranga, nos Campos Gerais, ou a ampliação de sedes já instaladas no Paraná, como a fábrica de margarina da BRF, em Paranaguá, no Litoral.

"O Paraná vive um bom momento, fruto da união de todos os setores e da paz política que há mais de 30 anos não ocorria no Estado. Isso traz segurança para os empresários, que enxergam no Paraná um ótimo local para ampliar os seus negócios", afirmou Ratinho Junior.

"Como consequência, geramos mais empregos em todas as regiões, com maior distribuição de renda. Vamos avançar mais. E mesmo diante das incertezas da pandemia, não tenho dúvida de que 2021 será um ano histórico para o Paraná", acrescentou.

Ele ressaltou que a produção industrial paranaense teve crescimento de 20% entre janeiro e maio de 2021, na comparação com os primeiros cinco meses do ano passado, o quinto melhor resultado do País, de acordo com a última amostragem da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). No Brasil, a média de crescimento no período foi de 13,1%.

"O Paraná tem uma indústria forte e diversificada, que está contribuindo para o Estado superar a crise causada pela pandemia", disse. "E a expansão da indústria impacta em todos os setores, puxa a geração de empregos e ajuda a desenvolver as cidades", afirmou o governador.

Chefe do Departamento do Trabalho e Estimulo à Geração de Renda da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Suelen Glinski destacou que o setor industrial disponibiliza empregos mais qualificados, com salários mais altos e exigência de mão de obra específica. Segundo ela, tem também impacto direto em outros pontos da cadeia produtiva, como as áreas de serviço, comércio, agricultura e pecuária, entre outros.

"A indústria exige mais. Ao produzir mais, compra mais matéria-prima, gera movimento e empregos em outros setores. É mais gente e mais dinheiro movimentando o comércio por exemplo", disse.

O Estado acumula saldos positivos na geração de empregos ao longo de todo o ano de 2021. Os 118.316 postos formais abertos no semestre são a somatória dos meses de janeiro (25.105), fevereiro (41.453), março (10.600), abril (9.773), maio (15.527) e junho (15.858). Foram 752.694 admissões e 634.378 desligamentos. No mesmo período do ano passado, quando o impacto da pandemia de Covid-19 foi mais forte no setor produtivo, o Paraná fechou o semestre com saldo negativo de 49.708. (AENPR)

...Continuação.

O Shopping São José Ltda. foi avaliado através do método do fluxo de caixa descontado, sendo determinado o seu valor justo de R$ 189.920 (R$ 186.476 em 2019). Abaixo demonstramos as taxas e descontos, crescimento real na perpetuidade, prazo do fluxo de caixa, para 31 de dezembro de 2020 do Shopping São José Ltda.:

	2020
Taxa de desconto	11,41%
Taxa de crescimento real/perpetuidade	4,53%
Prazo do fluxo de caixa	5 anos

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	22.757	22.757
Edificações	290.072	289.132
Instalações	66.873	65.970
Equipamentos	7.809	7.757
Custo atribuído	22.885	22.885
Ajuste a valor justo	102.659	179.733
Total	**513.055**	**588.234**

Movimentação das propriedades para investimento:

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Instalações	Equipamentos	Custo atribuído	Valor justo	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2018	**22.757**	**282.874**	**66.777**	**7.770**	**22.885**	**30.444**	**433.507**
Aquisições	-	6.258	-	-	-	-	6.258
Baixas	-	-	(806)	(13)	-	-	(819)
Resultado do valor justo	-	-	-	-	-	149.288	149.288
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**22.757**	**289.132**	**65.971**	**7.757**	**22.885**	**179.732**	**588.234**
Aquisições	-	940	902	52	-	-	1.894
Resultado do valor justo	-	-	-	-	-	(77.073)	(77.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.757**	**290.072**	**66.873**	**7.809**	**22.885**	**102.659**	**513.055**

11. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de partes relacionadas (i)	3.000	3.000	3.000	3.000
Total passivo circulante	**3.000**	**3.000**	**3.000**	**3.000**
Outros valores	-	-	167	-
Total passivo não circulante	**-**	**-**	**167**	**-**
Total partes relacionadas	**3.000**	**3.000**	**3.167**	**3.000**

(i) Refere-se à antecipação de distribuição de lucros de controlada. Em 2021 os sócios realizaram a devolução deste valor à controlada.

12. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de promoção	-	-	926	1.711
Despesas comuns	-	-	381	973
Outros	106	151	5.188	241
Total do passivo circulante	**106**	**151**	**6.495**	**2.925**
Carta fiança	-	-	-	2.844
Total do passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**2.844**
Total contas a pagar	**106**	**151**	**6.495**	**5.769**

13. Provisões para contingências

Durante o curso normal de seus negócios, o Grupo fica exposto a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas, previdenciários e cíveis, em discussão.
As provisões são consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.
O Grupo possui registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	-	-	4.352	2.690
Provisão contingências *(Escrow account)* (a)	25.392	27.995	25.392	27.995
Total	**25.392**	**27.995**	**29.744**	**30.685**

Movimentação da provisão de contingências:

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	31/12/2019	Reversão	31/12/2020
Provisão contingências *(Escrow account)* (a)	27.995	-	27.995	(2.603)	25.392
Total	**27.995**	**-**	**27.995**	**(2.603)**	**25.392**

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	31/12/2019	Adições/ Reversão	31/12/2020
Trabalhistas	1.628	1.062	2.690	1.662	4.352
Provisão contingências *(Escrow account)* (a)	27.995	-	27.995	(2.603)	25.392
Total	**29.623**	**1.062**	**30.685**	**(941)**	**29.744**

(a) Nota Explicativa no 7.

O Grupo mantém processos trabalhistas em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R$ 119 (em 31 de dezembro de 2018 R$ 687) para as quais não foi constituída provisão.
A Soifer Participações Societárias S.A. possui causa tributária relacionado ao ganho de capital sobre alienação de participação no TCP quanto à exigência de IRPJ e CSLL, juros moratórios e multa qualificada (150%) prevista nos artigos 71 a 73 da Lei no 4.502/64. A natureza da autuação foi a descaracterização, pela Receita Federal, da venda de participações societárias do TCP pelo sócio da Companhia Soifer em pessoa física e tributação do ganho de capital como auferido pela Soifer Participações Societárias, como pessoa jurídica.Valor original da exigência em 12 de setembro de 2016 era de R$ 109.819, sendo este valor atualizado para 31 de dezembro de 2020 de R$ 107.785 (R$ 69.083 em 2019), com risco de perda classificado como possível.
Em algumas causas em que o Grupo está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.
Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	98	263
Tributário	2.744	-
Total	**2.842**	**263**

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social
O Capital Social está representado por 317.082 mil ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2019), no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, pertencentes aos acionistas domiciliados no País e compreendendo o montante do capital social de R$ 317.082 (idem em 31 de dezembro de 2019).

b) Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do Capital Social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 2020 não foi realizada pois apresentou prejuízo no exercício.

c) Reserva de retenção de lucros
Reserva constituída para investimento de capital de giro nas operações da Companhia, o orçamento é aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que delibera sobre o balanço do exercício.Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 de setembro de 2020, foi distribuído R$ 84.000 referente a retenção de lucros de anos anteriores, pagos integralmente em 23/09/2020.
Em 2020 foi constituído reserva de retenção de lucros no montante de R$ 58.911 (R$ 88.539 em 2019).

d) Reserva de reavaliação
Em 1º de janeiro de 2009, a Controladora, optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização tendo nesta data considerado o valor do ativo imobilizado reavaliado o novo valor de custo. A realização da referida reserva continua sendo realizada a crédito na conta de patrimônio líquido, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei no 11.638/07. Em 2019 foi reclassificado o saldo de R$ 4.905 de reserva de reavaliação de controladas para reserva de lucros a realizar, uma vez que a referida propriedade para investimentos da controlada passou a ser mensurada pelo valor justo a partir de 2018.

e)Ajuste de avaliação patrimonial
Contempla a contrapartida de aumento ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computados no resultado em obediência ao regime de competência. Em 2019 foi reclassificado o saldo de R$ 30.629 de reserva de ajuste de avaliação patrimonial para reserva de lucros a realizar, uma vez que a referida propriedade para investimentos da controlada passou a ser mensurada pelo valor justo a partir de 2018.

f) Reserva de lucros a realizar
Corresponde à parcela do lucro não realizado referente à variação do valor justo de propriedades para investimento e variação de valor justos de instrumentos financeiros, líquidos dos tributos. Quando o montante do dividendo mínimo obrigatório, cujo cálculo está demonstrado a seguir, for superior à parcela realizada do lucro líquido do exercício, a parcela excedente deve ser registrada na reserva de lucros a realizar.
O lucro líquido realizado no exercício é representado pela parcela que exceder a soma de
(i) Resultado líquido positivo de equivalência patrimonial,
(ii) Ganho com valor justo das propriedades para investimento, sendo que esses ajustes estão líquidos dos impostos.
O cálculo da reserva de lucros a realizar está demonstrado como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo de lucros a realizar no início do exercício	**379.329**	**195.273**
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	(82.647)	181.138
IR/CS s/variação do valor justo de propriedades para investimentos	28.100	(61.587)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros	(97.734)	97.734
IR/CS s/variação do valor justo de instrumentos financeiros	33.230	(33.230)
(=) Parcela do lucro realizada no exercício	**(119.051)**	**184.056**
Saldo de lucros a realizar no final do exercício	**260.278**	**379.329**

Em 2019 a Administração constituiu o montante de R$ 195.273 correspondente a reserva de lucros a realizar de exercícios anteriores, com a reclassificação de montantes mantidos nas contas de Ajuste de Avaliação patrimonial e Reservas de reavaliação que eram recorrentes do valor justo de propriedades para investimentos.

g)Dividendos mínimos obrigatórios
Aos acionistas é garantido o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:
• O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da parcela do lucro a realizar;
• O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.
Segue o demonstrativo de cálculo dos dividendos para os exercícios de 2019 e 2020:

	31/12/2020	31/12/20219
Lucro do exercício	(40.503)	318.008
Constituição de reserva legal	-	(15.900)
(=) Resultado do exercício após a constituição da reserva legal	**(40.503)**	**302.108**
Movimentação da Reserva de lucros a realizar	119.051	(184.056)
(=) Resultado do exercício após a constituição/reversão de reservas	**78.548**	**118.052**
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	(19.637)	(29.513)
(=) Saldo para constituição de reserva de retenção de lucros	**58.911**	**88.539**

Em 2019 o montante de R$ 12.543 foi pago durante o exercício e R$ 16.970 foi registrado como dividendos a pagar.
O montante de R$ 21.802 registrado comodividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 é composto de R$ 16.637 referente ao dividendo mínimo obrigatório de 2020 e R$ 2.165 referente ao saldo a pagar proveniente de dividendos de 2019.

15.Receitas e despesas

15.1. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de aluguéis mínimo mensal	-	-	21.124	37.263
Receita bruta de aluguéis percentual	-	-	7.868	8.345
Receita de estacionamento	-	-	-	18.283
Receita bruta de aluguéis	256	1.351	255	1.351
Res sperata	-	-	1.327	1.154
Taxa de administração	-	-	343	1.968
Merchandising	-	-	561	1.466
Outras receitas	-	-	3.271	5.173
(-) Outras deduções	-	-	(127)	-
(-) Impostos sobre vendas	(80)	(421)	(1.650)	(6.531)
(-) Outros	(176)	-	-	-
Receita líquida	**-**	**930**	**32.972**	**68.472**

15.2. Despesas por função e por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas por função:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	-	-	(2.753)	(708)
Despesas gerais e administrativas	(3.287)	(913)	(20.010)	(25.807)
Total	**(3.287)**	**(913)**	**(22.763)**	**(26.515)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas por natureza:				
Despesas administrativas	(504)	(467)	(5.473)	(7.437)
Depreciações	(62)	(60)	(454)	(1.176)
Despesa com manutenção	-	-	(2.871)	(5.920)
Honorários de serviços terceiros	-	-	(1.229)	(2.766)
Amortizações diferidas	-	-	(2.371)	(2.797)
Rateios diversos	-	-	(1.482)	(1.670)
Outros	(2.721)	(386)	(8.883)	(4.749)
Total	**(3.287)**	**(913)**	**(22.763)**	**(26.515)**

15.3. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo com venda de investimento	-	(309)	-	(309)
Reversão de provisão	2.089	(405)	2.089	(405)
Serviços pessoa jurídica(i)	(26.179)	1.446	(26.179)	1.446
Mudança de participação societária	-	(1.181)	-	(1.181)
Receita com dividendos(ii)	-	8.144	-	8.144
Outros	3.277	(2.949)	3.301	(6.187)
Total	**(20.813)**	**4.746**	**(20.789)**	**1.508**

(i) Refere-se aos honorários advocatícios decorrentes da transação de venda da participação no TCP (Nota Explicativa no 7).
(ii) No ano de 2019 a Soifer teve por direito receber dividendos referente à participação societária na TCP.

15.4. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras				
IOF	(895)	-	(895)	(1)
Juros sobre financiamentos	-	-	-	(473)
Descontos concedidos	-	-	(2.159)	(2.905)
Outros	(438)	(1)	(990)	(580)
Despesas financeiras	**(1.333)**	**(1)**	**(4.044)**	**(3.959)**
Rendimento de aplicação financeira	6.601	6.314	7.235	6.999
Receita sobre avaliações(i)	27.288	97.734	27.288	97.734
Outros	1.031	48	1.680	1.156
Receitas financeiras	**34.920**	**104.096**	**36.203**	**105.889**
Resultado financeiro líquido	**33.587**	**104.095**	**32.159**	**101.930**

(i)Receita financeira decorrente do valor justo do instrumento financeiro (Nota Explicativa no 7).

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos	(38.251)	352.766	(61.002)	418.098
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Impostos calculado pela alíquota nominal	**(13.005)**	**119.940**	**(20.741)**	**142.153**
Equivalência patrimonial	16.231	(82.929)	1.873	(41.961)
Diferido não contabilizado no exercício	-	-	36.457	-
Compensações	-	-	-	(1.784)
Outros	(5.478)	(2.253)	2.904	(3.471)
Total tributos lançados no resultado	**(2.252)**	**34.758**	**20.493**	**94.937**
Total impostos correntes	**(99.076)**	**(1.528)**	**(103.063)**	**(6.615)**
Total impostos diferidos	**96.824**	**(33.230)**	**123.556**	**(88.322)**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão contingência (*escrow account*)	(25.392)	(27.995)	(25.392)	(27.995)
Receita sobre instrumentos financeiros(i)	-	(284.776)	-	(284.776)
Provisão para contingências	25.392	27.995	25.392	30.685
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	7.543	6.258
Ajuste reavaliação propriedade para investimento	-	-	(102.659)	(179.733)
Custo atribuído propriedade para investimento	-	-	(22.885)	(22.885)
Diferença de depreciação societária x fiscal	-	-	(59.344)	(59.344)
Diferido não contabilizado no exercício	-	-	(5.893)	(8.848)
Base de passivo tributário diferido	**-**	**(284.776)**	**(183.238)**	**(546.638)**
Alíquota	-	34%	34%	34%
Total do passivo tributário diferido	**-**	**(96.824)**	**(62.301)**	**(185.857)**

(i) Em 2020 foi realizada a venda do instrumento financeiro, desta forma não há saldo de imposto diferido passivo (Nota Explicativa no 7).

17. Seguros (não auditado)

O Grupo mantém apólices de seguros para cobertura de riscos operacionais, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, imóveis, responsabilidade civil, em valores suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com esses bens.
As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos cobertos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os principais passivos financeiros do Grupo, referem-se a financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Em contrapartida, o Grupo possui ativos financeiros representado por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros (Nota Explicativa no 7) e outras contas a receber que resultam diretamente de suas operações.
O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.
A Alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos para garantir que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco do Grupo.
O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

Risco de mercado
O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de estrutura de capital
O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.
O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.
Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez
O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

19. Eventos subsequentes

Devolução de adiantamentos para distribuição de lucros
Em decorrência dos impactos sofridos pela investida Pátio Batel Shopping Ltda. devido à pandemia do Coronavírus, em 26 de fevereiro de 2021 a Soifer efetuou a devolução do montante de R$ 3.000 mil anteriormente recebido como antecipação de distribuição de lucros, conforme demonstrado na Nota Explicativa no 11.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos(as) Administradores e Acionistas da
Soifer Participações Societárias S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soifer Participações Societárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Soifer Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de julho de 2021
Marcello Palamartchuk
CTC CRC 1PR-049.038/O-9
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

DIRETORIA

David Soifer
Diretor

Simone Soifer
Diretora

José Adalberto Tozo
Técnico em Contabilidade
CRC: PR -11786/O-7

Pesca está proibida em toda a Bacia Hidrográfica do Rio das Cinzas, no Norte Pioneiro

A pesca em todas as suas modalidades está proibida na Bacia Hidrográfica do Rio das Cinzas e de seus afluentes, no Norte Pioneiro. A determinação do Instituto Água e Terra (IAT), prevista na Portaria 242/2021, foi publicada nesta semana em Diário Oficial e considera a proteção e a gestão integrada dos recursos ictiológicos existentes, incluindo peixes e seu habitat, frente ao período crítico de escassez hídrica.

Também não são permitidos a posse e o transporte de pescados sem a devida comprovação de origem. O IAT é um órgão vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, responsável pela medição do nível dos rios em todo o Estado e pela gestão da fauna aquática.

De acordo com o gerente de Monitoramento e Fiscalização do IAT, Álvaro Cesar de Góes, o restabelecimento das atividades pesqueiras na região depende do aumento do nível dos rios que a compõem. "A pesca só será permitida novamente quando os rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio das Cinzas atingirem a cota hídrica que permitam a dispersão de cardumes, de acordo com critérios técnicos estabelecidos pelo Instituto Água e Terra", afirmou.

"Essa proibição foi necessária pela baixa quantidade de chuvas, a fim de evitar a mortandade de muitos peixes nativos através da pesca predatória. Um nível muito baixo dos rios, em comparação com a cota média, pode impedir o dispersamento de cardumes e gerar inúmeros problemas para a fauna aquática", disse o chefe regional do IAT de Cornélio Procópio, João Carlos Ferreira.

A Bacia do Rio das Cinzas tem 15 estações fluviométricas monitoradas pelo órgão ambiental estadual, indicando o nível dos rios. Os dados são atualizados semanalmente e podem ser consultados no site do IAT, na aba do Hidroinfoparaná.

No trecho da ponte que liga Bandeirantes a Andirá, o nível da água está em 34 centímetros, diante de uma cota média de 90 cm, o que representa 37% da normalidade. Neste rio, existe a captação de água para abastecer os moradores de Bandeirantes, Tomazina e Andirá.

O cidadão que for flagrado pescando na Bacia Hidrográfica do Rio das Cinzas, transportando ou de posse de pescado in natura nas proximidades das áreas proibidas, sem a devida comprovação de origem, está sujeito à aplicação das penalidades previstas na Lei Federal 9.605/98 e no Decreto Federal 6.514/08. A fiscalização será feita em conjunto pelo IAT, Ibama, Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPAmb-FV) e polícias Civil e Militar.

De acordo com dados apontados no Hidroinfoparaná, os rios do Paraná estão com níveis abaixo da cota de alerta hídrica em 75% dos pontos analisados. A Bacia do Rio das Cinzas compõe os rios do Norte Pioneiro do Estado, região tipicamente agrícola e representativa para o lazer, recreação e pesca.

Os dois principais rios da região são o Rio das Cinzas e o Rio Laranjinha. Na área vive população estimada de 500 mil habitantes.

De acordo com o diretor-presidente do IAT, Everton Souza, as informações contidas no sistema do Hidroinfoparaná dão suporte para que o órgão ambiental possa tomar decisões e compartilhar com a sociedade.

De acordo com os dados do sistema, o Rio Laranjinha está com apenas 33% da cota média de água. Isso significa que a população de peixes perdeu 67% do seu habitat natural. A cota média do rio é de 124 cm e, atualmente, está com 42 cm. (AENPR)

Mais de 6 milhões de paranaenses já foram imunizados, quase 70% da população adulta

O Paraná atingiu na sexta-feira (30) a marca de 6 milhões de pessoas que receberam ao menos uma dose da vacina contra a Covid-19. Somando os que tomaram a primeira dose e o imunizante de dose única, 6.016.144 pessoas já foram vacinados. Isso significa que sete em cada 10 paranaenses com mais de 18 anos já iniciaram o processo de imunização (69%), sendo que 26,1% da população adulta (2.277.142 pessoas) completaram o ciclo vacinal.

No recorte considerando a população geral do Estado, 52,2% dos paranaenses receberam ao menos uma dose de vacina e um em cada cinco estão completamente imunizados. Os dados são do vacinômetro do Sistema Único de Saúde (SUS), atualizado pelo Ministério da Saúde.

A previsão do Governo do Estado é que toda a população adulta receba ao menos uma dose até o final de setembro, atingindo os 80% em cerca de um mês, até o fim de agosto. Quinto estado que mais vacinou a população, o Paraná deve superar neste fim de semana a marca de 8 milhões de vacinas aplicadas desde o início da campanha, em janeiro.

Alguns grupos já completaram a cobertura vacinal, que é atingida após a aplicação das duas doses ou da vacina de dose única. Os profissionais da saúde estão 100% imunizados, assim como praticamente todo o público com 65 anos ou mais. Entre a população indígena, 86,7% receberam as duas doses, além de 64,7% das pessoas com idade entre 60 e 64 anos.

Para o secretário estadual da Saúde, Beto Preto, quanto maior esse escudo de imunização, menor é a chance do vírus se propagar. "Continuamos com os cuidados de sempre: distanciamento, uso de máscara e higiene das mãos. Mas o que vai nos salvar de fato é a vacinação, como mostram todos os estudos", disse.

"A vacina tem que ser tomada, tanto a primeira e principalmente a segunda dose, que é a que cria o escudo de proteção contra o coronavírus, além da dose única, se tivermos novamente. É necessário que todos se vacinem para podermos vencer essa pandemia", acrescentou.

A população geral, com idade entre 18 e 59 e que não estava contemplada nos grupos prioritários, é o público que mais recebeu vacinas, com 2.520.311 doses aplicadas. É seguido pela faixa dos 60 aos 64 anos (847.464), de 65 a 69 anos (823.008), trabalhadores da saúde (790.170), pessoas de 70 a 74 anos (607.905), comorbidades (572.668), com 80 anos ou mais (446.433) e com idade entre 75 e 79 anos (412.166).

Entre as categorias profissionais, foram aplicadas 234.608 doses em trabalhadores da educação básica, 90.583 em caminhoneiros (88,6% de dose única), 35.442 nas forças de segurança e salvamento, 34.180 em trabalhadores do ensino superior, 16.306 em trabalhadores do transporte coletivo rodoviário (89,5% dose única), 15.652 nos trabalhadores da limpeza, 13.035 portuários, 10.469 nas Forças Armadas, 6.712 em trabalhadores industriais, 4.780 em funcionários do sistema penitenciário, 4.280 em profissionais do transporte aéreo, 2.607 do transporte ferroviário e 197 do transporte aquaviário.

Os demais grupos contemplados foram as gestantes (73.011 doses), idosos institucionalizados (67.348), pessoas com deficiência permanente (52.713), população privada de liberdade (27.822), indígenas (19.244), puérperas (16.604), Quilombola (8.746), pessoas em situação de rua (3.942), pessoas com deficiência institucionalizadas (3.419) e população ribeirinha (2.872).

As cidades que mais vacinaram, em números absolutos de doses aplicadas, foram Curitiba (1.402.836), Londrina (398.627), Maringá (379.350), Cascavel (231.683), Ponta Grossa (206.481), Colombo (140.646), Guarapuava (130.314), Paranaguá (114.696), Toledo (99.288) e Apucarana (96.975).

Até o momento, 9.671.370 vacinas foram enviadas ao Paraná pelo Ministério da Saúde. Assim que chegam ao Estado, os imunizantes são destinados ao Centro de Medicamentos do Paraná (Cemepar), onde a Secretaria de Estado da Saúde faz a separação e a distribuição entre as 22 Regionais de Saúde. Elas são então enviadas aos municípios, que são responsáveis pela aplicação na população. (AENPR)

UEM abre mais de 1,1 mil vagas remanescentes para ingresso em 2021

Foi publicado na sexta-feira (30) o edital da Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) que trata das vagas remanescentes dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Para fazer a solicitação de aproveitamento de vaga remanescente pela primeira chamada, ou obter mais informações sobre o processo seletivo, clique aqui.

A primeira chamada é válida para os candidatos que prestaram o Vestibular UEM ou o Processo de Avaliação Seriada (PAS) referentes ao ano de 2020. São mais de 1,1 mil vagas.

As solicitações para a primeira chamada devem ser realizadas até segunda-feira (02), e o resultado final será publicado no dia 3 de agosto no site da DAA. As vagas remanescentes são aquelas que não foram preenchidas nas três chamadas ordinárias dos processos seletivos da universidade e visam garantir que não existam vacâncias pendentes nas graduações da universidade.

O processo seletivo das vagas remanescentes é dividido em três chamadas. Além da primeira, aberta nesta sexta-feira, a segunda chamada será para candidatos que tenham prestado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2009. A terceira e última chamada será para candidatos imigrantes e refugiados, em situação de vulnerabilidade. As vagas remanescentes vão respeitar a quantidade reservadas para estudantes de cotas sociais e raciais.

O candidato que atender aos requisitos acima poderá candidatar-se para qualquer uma das vagas remanescentes. As solicitações deverão ser realizadas exclusivamente pela Internet, não havendo atendimento presencial. Os selecionados devem enviar as documentações exigidas dentro dos prazos estabelecidos em edital.

A segunda chamada das vagas remanescentes da UEM será de 16 a 18 de agosto, com a publicação dos candidatos selecionados no dia 23. Por último, a terceira chamada será nos dias 30 e 31 de agosto, com a divulgação dos aprovados no dia 1º de setembro. O resultado final das três chamadas será divulgado no site da DAA, sempre a partir das 14 horas. (AENPR)

Portos do Paraná promove ação de limpeza de manguezal na Ilha do Teixeira

O Programa de Monitoramento de Manguezais da Portos do Paraná recolheu na sexta-feira (30) 115 quilos de lixo do manguezal, na Ilha do Teixeira, em Paranaguá. Além do benefício da limpeza desse importante ecossistema, a atividade integra as pessoas das comunidades de forma a despertar a consciência e o engajamento quanto à preservação.

São resíduos domésticos ou outros que, levados pela maré, acabam presos nas raízes dos mangues, como explica a bióloga e analista portuária Jaqueline Dittrich. "É de extrema importância fazer essa limpeza e aproveitar a ocasião para interagir com as pessoas que vivem nas comunidades e estão em contato direto com as áreas de manguezal", disse a responsável pelas ações socioambientais da Diretoria de Meio Ambiente (DMA) da empresa pública.

O Programa de Monitoramento de Manguezais, segundo a também bióloga e analista portuária Juliana Lopes Vendrami, é desenvolvido em três frentes: fitossociologia (que analisa a densidade e dominância), geomorfologia (estudo da erosão e assoreamento) e a conscientização sobre a importância dos manguezais, na qual se insere a ação de limpeza.

"Os manguezais são ecossistemas costeiros, ou seja, ficam entre a terra e o mar. São importantes porque abrigam uma grande diversidade de organismos, como os répteis, aves, mamíferos, insetos e líquens (associação de fungos e algas). Além disso, funcionam como berçário, tanto para espécies locais quanto para migratórias", afirma Juliana, que é uma das responsáveis pelo programa.

Além de abrigar peixes e caranguejos, os manguezais também ajudam a evitar a erosão dos sedimentos, mantendo a linha de costa. "Daí também a importância do monitoramento que fazemos e da conscientização para a conservação", diz a bióloga.

Em Paranaguá, são monitorados os manguezais do Rocio, Oceania e Amparo. Em Antonina, Praia dos Polacos, Mangue de Areia e Barão do Teffé. Nesse ecossistema, são três espécies arbóreas típicas encontradas: o mangue-preto (Avicennia schaueruana), o mangue-branco (Laguncularia racemosa) e o mangue-vermelho (Rhizophora mangle).

O monitoramento da fitossociologia dos manguezais teve início em 2016; as análises da geomorfologia, em 2017, em caráter bimestral; e as ações de limpeza e conscientização da comunidade acontecem desde 2016.

A Ilha do Teixeira está localizada próximo à Ilha das Pedras, entre Paranaguá e Antonina. Por ali vivem cerca de 50 famílias, cuja atividade principal é a pesca. A ação de limpeza no manguezal da comunidade levou toda a manhã, inclusive com um momento de conscientização com as crianças sobre a importância de manter o local limpo.

Para Antônio Pontes, habitante e presidente da Associação de Moradores da Ilha do Teixeira, a limpeza é essencial. "Faz parte não só na Baía de Paranaguá, mas em todas as ilhas deveria ter essa consciência de manter o território limpinho", afirma.

Onde há plástico, onde há o lixo, como diz Antônio, não há como o peixe e outros animais se criarem. "Inclusive o lixo acaba espantando. Eu acredito que uma ou duas vezes por mês a gente fazer essa limpeza, um pouco em cada lugar, no final teremos um resultado muito bom", incentiva.

Sofia Spack tem 8 anos. Ela, que foi uma das que participaram da ação de conscientização, deixa o recado: "Plástico, pasta de dente. Tem de tudo. Tem que recolher para cuidar da natureza, para que nenhum bichinho morra".

Os resíduos recolhidos serão encaminhados para a reciclagem nas cooperativas parceiras da Portos do Paraná. (AENPR)

Detran vai transformar ônibus doado pela Receita Federal em posto móvel de serviços de trânsito

O Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR) recebeu um ônibus doado pela Receita Federal. O veículo será adaptado pelo órgão para virar um posto móvel e dar apoio e prestação de serviços durante a operação Verão Consciente, em feiras e outros eventos.

A entrega foi feita durante viagem da diretoria do Detran-PR à Foz do Iguaçu, no Oeste do Estado, nesta semana. "Este é um exemplo muito claro do quão importante é essa parceria entre órgãos. Ficamos muito felizes com esta doação e agradecemos à Receita Federal por este apoio e gesto", comentou o diretor-geral do Detran, Wagner Mesquita.

Os diretores do Detran também visitaram a 16ª Ciretran de Foz do Iguaçu, e se reuniram com a chefia dos postos de Matelândia, Santa Helena e Medianeira. A sede da 16ª Ciretran passou recentemente por uma reforma. Desde que assumiu o Departamento, há um ano, Mesquita ainda não tinha viajado para conhecer as Ciretrans do Interior por causa da pandemia.

"Estas visitas técnicas, em que vamos pessoalmente conhecer os chefes e servidores, são muito importantes para um alinhamento e para ouvir as necessidades do Interior. Pudemos conversar sobre futuros projetos e melhorias para os servidores e para o atendimento à população", disse.

Na quarta-feira (28), o diretor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Profissional do Detran-PR, Luiz Fernando Lima, acompanhado da equipe da Educação de Trânsito do órgão, visitou a Itaipu Binacional para estudar a possibilidade de realizar um fórum digital na Semana Nacional de Trânsito, que acontece em setembro, direto da hidrelétrica.

A equipe, recebida pelo chefe de gabinete, Theófanes Pessôa, e pelo assistente do diretor de Coordenação, Márcio Bortolini, percorreu vários espaços para avaliar a viabilidade do evento. Participaram da agenda no Interior, o diretor administrativo e financeiro, Francisco Batista, e o chefe de gabinete, Nelson Ademar Piske. (AENPR)

Taxa de ocupação de leitos de UTI exclusivos para Covid é a menor em nove meses

A taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento a pacientes com a Covid-19 é a menor em nove meses no Paraná. Dados da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) mostram que na sexta-feira (30) a ocupação está em 57%. O indicador não baixava de 60% desde 1º novembro de 2020, quando a pasta registrou 56% de ocupação.

Na época, o Estado somava 952 leitos de UTI, mas desde então o número mais que dobrou, chegando a atuais 1.952 (aumento de 105%).

Esta é a quarta vez no mesmo mês que a taxa aponta queda, em uma sequência de marcos significativos na ocupação de leitos de UTI. O indicador caiu de 90% em 5 de julho. A taxa estava no patamar acima desse valor desde 21 de fevereiro, quando o Paraná estava no início da segunda onda da Covid-19. No dia 13 de julho, foi para 79% e, em 21 de julho, para 68%.

"Cada vez que a taxa de ocupação cai significa que menos pessoas estão adoecendo pela infecção do novo coronavírus. Isso só está sendo possível com a aceleração da vacinação em todo o Estado, ainda mais neste mês que já tem a melhor média de vacinação diária desde janeiro", afirmou o secretário de Estado da Saúde, Beto Preto.

A queda de ocupação é ainda mais visível com relação aos leitos de enfermaria. Atualmente o Paraná soma 2.494 leitos clínicos, e a ocupação é de 37%. A taxa não baixava de 40% desde 2 de julho de 2020, quando o Estado contava com 1.266 leitos e 38% de ocupação. O aumento no número de leitos disponíveis foi de 97%.

Ao todo, mais de 94 mil pacientes já foram atendidos nos leitos exclusivos Covid-19 no Paraná (UTIs e enfermarias, adultas e pediátricas).

Em paralelo, há redução significativa no internamento de idosos em UTIs Covid desde de fevereiro deste ano. A média de ocupação dos leitos no ano passado era de 63% de pessoas acima de 60 anos. Em fevereiro esta taxa baixou para 56%, em março para 51%, em abril para 50%, em maio para 33% e em junho para 27%.

Considerando os números absolutos, o Paraná somava em janeiro 1.685 idosos internados em leitos de UTI e fechou o mês passado com 1.146.

Segundo Beto Preto, a redução demonstra o efeito da vacinação neste público que foi priorizado para receber a vacina, desde o início da imunização no Estado. "A diminuição da porcentagem de idosos em leitos de UTI Covid é um sinal claro que vacinas salvam vidas e reduzem o agravamento da infecção pelo vírus. A vacinação começou em todo o País pelos idosos e agora, meses depois, conseguimos observar uma redução expressiva", disse.

Até a tarde de sexta-feira (30), o Paraná já havia aplicado 3.376.386 vacinas em pessoas acima de 60 anos. Destas, 1.827.910 primeiras doses e 1.548.476 segundas doses ou dose única. Mais de 2 milhões de doses foram aplicadas antes do início de maio, o que significa que agora em agosto aqueles que tomaram AstraZeneca ou Pfizer irão tomar a segunda dose e completar o esquema vacinal.

Outro indicativo da melhora nos indicadores da pandemia é o número de reprodução eficaz, ou Rt, que mede o contágios causados por cada pessoa infectada e indica a velocidade de contaminação da Covid-19 em cada localidade. Na sexta-feira (30) o Paraná estava com 0.81, o que significa que 100 pessoas contaminadas pelo vírus Sars-CoV-2, transmitem, em média, para 81 novas pessoas.

Os números são bem diferentes dos registrados no mês passado, quando o Paraná atingiu um Rt de 1.48 no dia 24.

Os dados são do sistema Loft.Science. Segundo a plataforma, "um Rt de 3–4 infectará virtualmente toda a população, enquanto um Rt de 1.5 pode ainda alcançar 60% da população. Somente se o Rt for menor do que 1, a epidemia irá diminuir de tamanho até ser eliminada".

O Estado possui agora a terceira menor taxa do País, atrás somente do Rio Grande do Norte (0.77) e Ceará (0.79). A média do Brasil fechou em 1.12 e o estado com o maior índice é o Rio Grande do Sul (1.82). (AENPR)

ANKAA - Representações Comerciais Ltda

Representante do Jornal O DIA no Paraná

Fone: (41) 99814-7193 / 3019-9004 / jadete@ankaarepresentacao.com.br